

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG

Thaís Tavares Lacerda

**A (IN) VISIBILIDADE DOS BEBÊS:
espaços acionados pelas famílias na ausência de atendimento no berçário na UMEI
São Gabriel**

Belo Horizonte
2019

Thaís Tavares Lacerda

**A (IN) VISIBILIDADE DOS BEBÊS:
espaços acionados pelas famílias na ausência de atendimento no berçário na UMEI
São Gabriel**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Aretuza
Ambrizi Gebara

Belo Horizonte

2019

L131
TCC

Lacerda, Thais Tavares, 1981-

A (in) visibilidade dos bebês [manuscrito] : espaços acionados pelas famílias na ausência de atendimento no berçário na UMEI São Gabriel / Thais Tavares Lacerda. - Belo Horizonte, 2019.
60 f.: il.

Orientadora: Tânia Aretuza Ambrizi Gebara.

Trabalho de conclusão de curso – (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Berçários. 2. Recém-nascidos. 3. Pré-escolares. 4. Creches. 5. Famílias. 6. Lactentes. 7. Lar. 8. Pais e filhos. 9. Pais e lactentes. 10. Políticas públicas. 10. Lactentes – Cuidado e higiene.

I. Gebara, Tânia Aretuza Ambrizi. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD : 372.21

Catálogo na Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG
Bibliotecária : Carmen Lúcia de Carvalho Ramos CRB/6- 2566

(Ação: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica¹.)

¹Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pela autora, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade da autora, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184 de 29 de setembro de 2017, Art. 3º - "É obrigatório que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos"

‡ Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



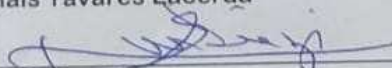
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica


ATA DE DEFESA DO OCTINGENTÉSIMO SEXAGÉSIMO TERCEIRO TRABALHO FINAL DO CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO MÚLTIPLAS LINGUAGENS EM EDUCAÇÃO INFANTIL

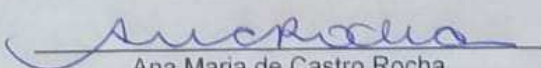
Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “A (IN) VISIBILIDADE DOS BEBÊS: espaços acionados pelas famílias na ausência de atendimento no berçário na UMEI São Gabriel”, do(a) aluno(a) Thais Tavares Lacerda. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Tânia Aretuza Gebara (orientador) Mônica Correia Baptista. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) THAIS TAVARES LACERDA
Thais Tavares Lacerda

Registro na UFMG: 2018750393


Tânia Aretuza Gebara
Professor(a) Orientador(a)


Mônica Correia Baptista
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)


Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

À cada bebê que cresce sem escola
À cada bebê que vem conquistando seus espaços e o reconhecimento das suas
potencialidades
À cada professora que questiona a falta de vagas e se inventa em sala de aula
À cada família que se desdobra para educar os bebês percebendo a todo momento que eles
sabem muito
À cada pesquisadora que dedica tempo, estudo e esperança pela valorização da educação
infantil
Às mulheres que já vieram e que ainda virão

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo tempo perdido sem brincadeiras, conversas e viagens; mas ganho em modelo e dedicação, no carro levando e buscando, em esperas e paciência (e a falta dela também), telefonemas no lugar de presença física. Agradeço, em especial, ao Fábio, meu marido; Lucas e Samuel, meus filhos; Maria Tereza e Otaviano, meus pais.

À Tânia Aretuza Ambrizi Gebara, minha orientadora, que leu e releu diversas vezes os mesmos trechos, retirando militância e inserindo análises acadêmicas. Com paciência e carinho, compreendeu percalços, acalmou corações e com pequenos gestos valorizou nossas produções. Muito obrigada!

Às minhas professoras e professores que durante toda a minha trajetória escolar, desde a educação infantil à pós-graduação, me ajudaram a construir meus conhecimentos, conceitos e afetos.

Às colegas e ao colega do LASEB que aprenderam e desaprenderam ao meu lado, compartilharam passo a passo a especialização, em especial à Bárbara que leu atentamente as escritas iniciais, quando ainda estávamos inseguras; à Beth, Cosmira, Fernanda, Maria Helena, Maria Luiza e Natália que compartilharam comigo vários outros trabalhos das disciplinas e vivências da escola; à “Dama”, Tatiane, que me resgatou das políticas públicas para o chão da sala em uma disciplina, e me socorreu no período de “pé quebrado”.

Às colegas da EMEI São Gabriel que compreenderam, apoiaram e me cobriram durante as ausências nos sábados, em especial à Beth, Cristina e Maria; à Daniela da Silva Viegas que disponibilizou dados, conversou comigo sobre eles; à Irene, que abriu as portas da sua sala e da sua reunião de pais para a pesquisa, incentivando a participação de todas e todos.

À Maria da Consolação Rocha, por sempre ser referência de luta, pesquisa e alegria, me permitindo e incentivando a acompanhá-la em algumas das coisas que ela faz.

RESUMO

No final de 2017, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) modifica sua política para a educação infantil fechando berçários de 50 Unidades Municipais de Educação Infantil -UMEIs (SILVA, 2018), entre eles o da UMEI São Gabriel. Este estudo objetiva compreender como as decisões políticas de fechamento do berçário da UMEI São Gabriel impactaram as famílias do bairro. Fúlvia Rosemberg (2011; 2015) trabalha com o conceito de “invisibilidade dos bebês” tanto enquanto ausência nas análises estatísticas oficiais e estudos acadêmicos sobre a educação inicial, quanto na falta de reconhecimento dos direitos dos bebês. Segundo ela, a falta de dados específicos e o “silenciamento” sobre os bebês representam discriminação, afinal as estatísticas sociais servem para elucidarmos as exigências de igualdade e justiça e sem elas “o tema, a questão, a população, deixam de ter existência pública” (ROSEMBERG, 2015, p. 171). Neste trabalho, utilizamos o termo bebê para crianças de 0 a 1 ano. Abordamos a história da Educação Infantil e o papel dos bebês enquanto “mensageiros da novidade” (GOULART 2008), competentes e produtores de cultura. A metodologia adotada é da pesquisa qualitativa (LUDKE, ANDRÉ, 1986), estudo de caso, utilizando análise documental dos diários de classe e das fichas de anamnese, e questionário com algum responsável pelas crianças matriculadas na sala 01 em 2019. Refletimos sobre a permanência dos bebês na turma de berçário (2004 a 2017) na UMEI São Gabriel, demonstrado tanto com dados da média de frequência (71,15%), quanto com a baixa taxa de abandono e transferência (9,95%), o que comprova nossa hipótese de que o direito à vaga era efetivado em garantia de permanência, não existindo vagas ociosas. Demonstramos a repercussão da escolha política de fechamento de berçários da atual administração municipal em uma amostra pequena: as famílias que não tiveram atendimento em 2018 e conseguiram em 2019 uma vaga na Escola Municipal de Educação Infantil, comparando algumas respostas às fornecidas pelas famílias das crianças matriculadas em 2017 no berçário da UMEI. Constatamos uma pequena queda entre as mães que possuíam trabalho remunerado em 2017, enquanto os bebês ficavam no berçário (66,6%), e as que declararam possuir trabalho remunerado em 2018 (50%) quando não havia atendimento no berçário. Procuramos responder à pergunta de qual (quais) são as estratégias utilizadas por estas famílias das crianças nascidas entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018 na ausência de atendimento escolar para esta faixa etária, constatando que a mulher é a principal responsável pela educação dos filhos, principalmente a mãe, na ausência do Estado.

Palavras-chave: berçário, creche, déficit de vagas públicas, família.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TERMOS E QUANTIDADE DE ARTIGOS APRESENTADOS NO “GOOGLE ACADÊMICO”	13
QUADRO 2 – ANO DE INAUGURAÇÃO E SITUAÇÃO DO IMÓVEL DOS JARDINS MUNICIPAIS (1957 – 1999)	24
QUADRO 3 – RELAÇÃO MATRÍCULA X ABANDONO NAS TURMAS DO BERÇÁRIO NA EMEI SÃO GABRIEL (2004 - 2017)	35
QUADRO 4 – RELAÇÃO MATRÍCULA X ABANDONO NA SALA 01 NA EMEI SÃO GABRIEL (2004 - 2019)	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MÉDIA DE FREQUÊNCIA DAS CRIANÇAS NO BERÇÁRIO E SALA 01 POR ANO NA UMEI SÃO GABRIEL (2004 – 2017)	37
TABELA 2 – FREQUÊNCIA DAS CRIANÇAS DA EMEI SÃO GABRIEL POR TURNO INTEGRAL OU PARCIAL	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – MOTIVO PELO QUAL A CRIANÇA NÃO FOI PARA A CRECHE / ESCOLA EM 2018.	41
GRÁFICO 2 – MOTIVO PELO QUAL A CRIANÇA (0 – 1 ANO) NÃO FOI PARA A CRECHE / ESCOLA (%) – BRASIL - 2017	42
GRÁFICO 3 – MOTIVO PELO QUAL A CRIANÇA (0 – 1 ANO) NÃO FOI PARA A CRECHE / ESCOLA (%) – SUDESTE - 2017	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CME	Conselho Municipal de Educação
DIRE-NE	Diretoria Regional de Educação – Nordeste
DNCR	Departamento Nacional da Criança
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
GAME	Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais / UFMG
GEDSA	Gerência de Educação em Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEAD	Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
LASEB	Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica.
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua
RME/BH	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte
SGE	Sistema Geral Escolar
SindRede/BH	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Sind-Ute	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SMED	Secretaria Municipal de Educação de BH
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pesquisa na Área da Educação

UMEI	Unidade Municipal de Educação Infantil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – “United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization”
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância – “United Nations Children’s Fund”

Sumário

LEMBRAR, ESCREVER, ESQUECER	12
1. Lembrar: (in) visibilidade dos bebês nas políticas públicas	16
1.1. História da Educação Infantil no Brasil: construção de políticas públicas e a participação do movimento da puericultura e feminista	16
1.2. Bebês, “mensageiros da novidade”	19
2. Escrever: construindo a pesquisa	24
2.1. Objetivo	28
2.2. Procedimentos metodológicos	30
2.3. Berçário na EMEI São Gabriel: caracterização e frequência	33
2.3.1. <i>Caracterização do Bairro</i>	33
2.3.2. <i>Caracterização da EMEI São Gabriel</i>	33
2.3.3. <i>Atendimento da EMEI São Gabriel</i>	34
2.3.4. <i>Achados e Perdidos: organização familiar na ausência de vagas na EMEI São Gabriel de berçário em 2018</i>	38
3. Esquecer: impacto da diminuição do atendimento em horário integral para as famílias	45
4. Considerações Indicativas	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICES	55
ANEXOS	59

LEMBRAR, ESCREVER, ESQUECER

Todo trabalho acadêmico pressupõe escolhas. É preciso escolher o que lembrar para se debruçar em conceitos e teorias; escolher, dentro do que foi lembrado, o que será escrito e constituirá como eterno, registrado; e esquecer algumas coisas que nos intrigam e nos movem, mas que extrapolam o recorte inicial. O esquecimento pode ser temporário, pois em um outro momento, como pesquisadoras “incansáveis” poderemos, ou não, retornar à pesquisa e ampliá-la.

Todas as narrativas desta pesquisa foram construídas coletivamente. Impossível afirmar se algo daqui é original ou autoral, pois à medida que vamos pesquisando algo, agregamos nas nossas análises o que outras pessoas refletiram e construíram sobre o tema. O rigor acadêmico exige que esta construção seja indicada nas referências bibliográficas, no entanto muitas são produzidas na sala das professoras¹, no corredor da escola ou em reuniões de sindicatos, por muitas vozes, vários debates e muitas ideias. Dessa maneira, deixamos aqui registrado que sem a vivência coletiva talvez muitas posições aqui explicitadas não existiriam, e que outros espaços além da academia também são de formulação política e pedagógica, reflexivos da realidade a nossa volta.

O termo “(in) visibilidade dos bebês” não foi criado por nós. Ao procurar no “google acadêmico” a expressão “invisibilidade dos bebês”, foram selecionados aproximadamente 8600 artigos² demonstrando que o termo é usado no meio acadêmico e muitas pesquisas indicam a dificuldade existente ainda hoje de perceber os bebês como cidadãos, que possuem direitos e apresentam voz.

Fúlvia Rosemberg (2011; 2015) trabalha com o conceito de “invisibilidade dos bebês” tanto enquanto ausência nas análises estatísticas oficiais e estudos acadêmicos sobre a educação inicial, quanto na falta de reconhecimento dos direitos dos bebês. Segundo ela, a falta de dados específicos e o “silenciamento” sobre os bebês representam discriminação, afinal as estatísticas sociais servem para elucidarmos as exigências de igualdade e justiça e sem elas “o tema, a questão, a população, deixam de ter existência pública” (ROSEMBERG, 2015, p. 171). Enfatiza ainda que as pesquisas e relatórios falam sobre educação ao se referirem às crianças maiores e para os bebês utilizam predominantemente a palavra desenvolvimento.

¹ A Educação Infantil da Rede Municipal de Educação (RME/BH) é composta em sua grande maioria por docentes do sexto feminino, mulheres. Por este motivo, sem desconsiderar a existência de homens no magistério, optamos por utilizar o termo “professoras”, no feminino, no decorrer do trabalho.

² Pesquisa realizada em 03 de fevereiro de 2019.

Outras palavras procuradas no “google acadêmico” apresentaram quantidade de artigos bem maior, indicando que há outras formas de abordar as temáticas sobre bebês e creche, sem explicitar a invisibilidade e discriminação para com as crianças bem pequenas.

QUADRO 1 – TERMOS E QUANTIDADE DE ARTIGOS APRESENTADOS NO “GOOGLE ACADÊMICO”

TERMO	QUANTIDADE DE ARTIGOS
Bebês	117.000
Creche	102.000
Invisibilidade	60.300
Demanda por creche	39.600
Invisibilidade políticas públicas	33.600
Vagas na creche	25.900
Invisibilidade dos bebês	8.600

Fonte: Google Acadêmico – consulta no dia 03 de fevereiro de 2019

Neste trabalho, utilizamos o termo bebê para crianças de 0 a 1 ano. Reconhecemos que as crianças de 1 a 3 anos também são muito pequenas e frequentemente são chamadas de bebês. Aqui, no entanto, faremos um recorte na faixa etária da creche (0 a 1 e 1 a 3) e trataremos dos bebês dentro do recorte etário das turmas de berçário estabelecido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH): 0 a 1 ano de idade.

Já a expressão “lembrar, escrever e esquecer” foi utilizada por Jeanne Marie Gagnebin (*apud* Fochi, 2013). Esta ideia dá corpo ao nosso trabalho, indicando a necessidade de “lembrar” o que outras pessoas estudaram sobre o tema, a história da Educação Infantil e papel dos bebês enquanto “mensageiros da novidade”³. Neste trabalho “lembramos” durante a pesquisa de diversas explicações e situações que se relacionam direta e indiretamente com a política pública para os bebês na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH)⁴. As possibilidades de pesquisa passam pela carreira docente para esta etapa da educação em Belo Horizonte, as modificações da política de atendimento iniciadas em 2018

³ O termo “mensageiros da novidade” é emprestado do texto da Goulart (2008), no entanto vários outros autores trazem em seus textos, com nomenclatura diferente, esta opção teórica de ver as crianças como produtoras de cultura, responsáveis e capazes pelo seu desenvolvimento.

⁴ A categoria de trabalhadores da educação da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte utiliza o termo “Rede Municipal de Educação” para se auto denominar. Neste trabalho, mantemos esta nomenclatura.

pela Prefeitura que abordarei rapidamente mais adiante e o fazer pedagógico com os bebês presentes nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) da cidade.

Diante dessas possibilidades, “escrevemos” algumas reflexões, não todas, apoiadas em estudo, escolhas e disponibilidade de dados. Selecionamos dois pequenos pontos da grandiosidade que é a política de atendimento à Educação Infantil em Belo Horizonte: refletimos sobre a frequência dos bebês na turma de berçário de 2004 a 2017 para perceber se o direito à vaga era efetivado em garantia de permanência; e repercussão da escolha política de fechamento de berçários da atual administração municipal em uma amostra pequena, as famílias que não tiveram atendimento em 2018 e conseguiram em 2019 uma vaga na EMEI São Gabriel. Procuramos responder à pergunta de qual (quais) é a estratégia utilizada por estas famílias das crianças nascidas entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018 (sala 01 em 2019), na ausência de atendimento escolar para esta faixa etária na EMEI São Gabriel em 2018. A metodologia adotada é da pesquisa qualitativa, estudo de caso, utilizando análise documental dos diários do berçário e da sala 01 (2004 a 2017) e das anamneses dos bebês matriculados em 2017. Aplicamos, também, questionário com algum responsável pelas crianças matriculadas na sala 01 em 2019 para identificar quem cuidou desta criança na ausência do atendimento do berçário na EMEI São Gabriel e se havia interesse na matrícula em alguma instituição educativa.

Outras questões ficam “esquecidas” temporariamente para quem sabe, em outro momento, estudá-las. Mas alguns esquecimentos são rapidamente descobertos, quando, por exemplo, discutimos a frequência dos bebês nas turmas de berçário da EMEI São Gabriel em horário parcial e integral⁵ e indicamos sobre a importância de estudos mais aprofundados para conclusões a respeito do impacto do horário parcial na garantia do direito à educação dos bebês.

A expressão “Achados e Perdidos” também foi emprestada do Paulo Sérgio Fochi (2013), que provoca sua banca examinadora a apontar os “perdidos” após apresentar os “achados” da pesquisa (FOCHI, 2013, p. 12). Aqui, entendemos que encontramos algumas respostas, no entanto, perdemos algumas possibilidades de análise ao não conseguir acessar dados importantes para a pesquisa referentes às crianças do bairro e à demanda pelo berçário.

É importante esclarecer ainda que em algumas partes do texto chamamos as instituições de educação infantil da prefeitura de “Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs)” e em outras partes adotamos o termo “Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)”. Adotamos no decorrer do trabalho a terminologia legal usada no período estudado, isto é, apenas após 2018 as instituições de Educação Infantil foram reconhecidas como

⁵ Capítulo 3. “Esquecer: impacto da diminuição do atendimento em horário integral para as famílias”

escola, mudando em lei o nome de UMEI para EMEI. Esse ponto será melhor esclarecido no item “2.3 - Berçário da EMEI São Gabriel: caracterização e frequência”, mas já adiantamos que ao analisarmos acontecimentos anteriores à 2018, adotamos o termo UMEI, mesmo reconhecendo que hoje esta terminologia foi modificada pela Lei Municipal nº 11132 / 2018.

1. Lembrar: (in) visibilidade dos bebês nas políticas públicas

1.1. História da Educação Infantil no Brasil: construção de políticas públicas e a participação do movimento da puericultura e feminista

A educação de crianças pequenas no Brasil passa por diferentes concepções do que seja essa ação e seus objetivos. Didaticamente podemos apontar duas tradições de atendimento: assistencial e educativo. No entanto, esta divisão é uma opção didática apresentada sob o ponto de vista dos objetivos predominantes do atendimento, pois as duas vertentes sempre estiveram conectadas no mesmo programa, afinal todas as políticas públicas analisadas possuíam intenções educativa e de assistência.

As primeiras instituições no Brasil para atender as crianças pequenas foram criadas no final do século XIX, em número muito reduzido. A discussão sobre o “depósito de crianças” ocorria a partir de uma concepção higienista de puericultura, uma vez que havia grande preocupação com a mortalidade infantil. Na década de 20, atribuíam-se a mortalidade infantil ao afastamento da mãe, que precisava ir trabalhar, deixando os filhos aos cuidados de “criadeiras”, pessoas sem condições de manipular adequadamente a alimentação artificial, sem conhecimento de puericultura e higiene. As “criadeiras”, conhecidas também como “guardas mercenárias”, estariam, segundo vários pediatras da época, “povoando os cemitérios” em troca de pagamento. Visavam, segundo eles, apenas o lucro. (ANDRADE FILHO *apud* VIEIRA, 1988; VASCONCELOS e SAMPAIO *apud* VIEIRA, 1988)

Na tentativa de diminuir a proliferação de doenças que levavam as crianças a óbito, inicia-se um movimento de pediatras a favor da creche, considerada um mal necessário para os cuidados com as crianças pequenas, pois se a mãe precisava trabalhar, com a opção da creche não deixaria os filhos com as “criadeiras”. Neste período propôs-se a criação de duas instituições: os “lactários” que alimentavam as crianças e ensinavam as mães (também consideradas no período como ignorante na criação das crianças); e as creches de depósitos para as mulheres “forçadas” a trabalhar (VIEIRA, 1988). No entanto, estas instituições de depósito atendiam apenas a partir dos 2 anos de idade.

A partir de 1940, o Estado brasileiro começa a se equipar para executar ações sociais nas áreas de saúde, educação, previdência e assistência, levando a um aumento, ainda tímido, dos programas para esta faixa etária (VIEIRA, 1988). É importante perceber que o avanço, neste período, acontece mais em termos de recomendações, tentativa de fiscalização e transferência de recursos do que na ampliação das vagas. O papel do estado foi firmado na execução indireta por meio de associação com instituições filantrópicas e confessionais. As

principais instituições ligadas ao governo nesse período foram o Departamento Nacional da Criança (DNCR), vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde; e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão de colaboração do Governo. Ainda com a preocupação de diminuição da mortalidade infantil, as creches eram um importante recurso ligado à pobreza, com o propósito de “disciplinar mães e educar crianças nos preceitos da puericultura” (VIEIRA, 1988, p.4).

Além da preocupação advinda dos puericultores da área da saúde, o movimento feminista no Brasil trazia a demanda de creches como um direito trabalhista das mulheres. Em 1943, estabeleceu-se na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a criação de um local adequado para guardar os filhos das empregadas no período de amamentação. Apesar de presente na lei como obrigação pelas empresas que empregam mais de 30 mulheres acima de 16 anos, pouquíssimas creches foram criadas (TELES, 2015).

A partir da década de 1960, com o golpe militar, as lutas feministas no Brasil sofreram, como outros movimentos, um silenciamento e forte repressão. No entanto, internacionalmente havia um grande movimento pela libertação das mulheres, trazendo temas do cotidiano para o debate político. A partir de meados dessa década, houve um remodelamento da proposta de creches e pré-escolas a partir da aproximação do Brasil com organismos internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Neste período procurou-se massificar o atendimento da pré-escola, diminuindo o custo com infraestrutura e flexibilizando as antigas exigências quanto aos padrões de construção e funcionamento. O Estado continua apoiando iniciativas no setor privado e praticamente não ampliando as instituições públicas. (ROSEMBERG, 1992)

A “creche” era vista, nesta época, como política de países socialistas, no entanto as feministas conseguiram coloca-la no campo dos direitos das crianças pequenas, conseguindo abrir espaço de discussão com o poder público e aglutinar discussões de vários campos políticos. Segundo Teles (2015),

A imprensa feminista (jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres) nos anos de 1975 a 1980 pautou como prioridade o tema creche. Estes jornais fortaleceram muito a iniciativa dos grupos feministas e de mulheres que criaram o Movimento de Luta por Creche. (TELES, 2015, p.26)

A ampliação de matrículas na pré-escola foi mais expressiva a partir de 1977, por meio do Projeto Casulo. Neste, a LBA atuava indiretamente repassando recursos às instituições privadas e prefeituras e contou com o apoio das comunidades. Com isso, a LBA implementou um programa nacional de educação pré-escolar antes do Ministério da Educação (MEC). Apenas com a implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), na

década de 80, o MEC consegue superar o discurso e efetivar um programa nacional de educação pré-escolar.

Enquanto no poder público as referências oficiais estimulavam a criação de creches do ponto de vista de massificação, as mulheres traziam as bandeiras da creche como direito das crianças, criando uma proposta de Educação Infantil inovadora, presente na legislação do país a partir da Constituição Federal de 1988. Concomitantemente, a partir de estudos do campo da psicologia do desenvolvimento que apontavam defasagem cultural entre as crianças pobres e de classe média, a creche tornar-se-ia uma alternativa para compensar esta defasagem (MACEDO, 2015). O modelo compensatório e massificado foi adotado pelo poder público, pois a demanda era muito maior que a possibilidade de ofertas de vagas e o país já estava caminhando, como visto acima, para uma proposta que gastasse menos recursos. Muitas mulheres que lutaram pelas creches do movimento feminista não conseguiram matricular seus filhos pelo grande déficit de vagas.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 é um marco legal para o debate da Educação Infantil como direito das crianças. A partir da Constituinte, outras normas reforçam este caráter, entre elas o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Em 1996, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional avança na discussão, colocando a Educação Infantil integrada à educação básica, como sua primeira etapa.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

(BRASIL, 1996)

Em 2013, com a aprovação da lei 12.796/13, o ensino obrigatório passa a abarcar também a pré-escola da educação infantil (4 e 5 anos). Com isso, os sistemas de ensino precisam se reorganizar para universalizar o atendimento dos últimos anos da educação infantil. A falta de programação adequada a essa implementação, poderia gerar, segundo Rosemberg (2015, p.175), alteração da oferta em vários aspectos: “aumento do número de crianças por grupo, diminuição de vagas para bebês e redução na jornada escolar”. Em Belo Horizonte, observamos a partir de 2018 o impacto desta lei por meio das modificações da Educação Infantil, gerando a diminuição significativa de berçários públicos na cidade, diminuição da oferta de creche em horário integral, redução da jornada escolar de toda a educação infantil pública municipal e aumento significativo de turmas flexíveis, isto é, turmas que atendem crianças de dois recortes etários consecutivos.

1.2. Bebês, “mensageiros da novidade”⁶

A importância da permanência de bebês em espaços coletivos muitas vezes não é percebida pelos adultos, o que reflete nas políticas públicas, tornando-os invisíveis. Rosemberg (2011) enfatiza que

A importância de instituições educacionais na vida de crianças, particularmente das pequenininhas, pode escapar aos adultos que têm autonomia de ir e vir. Crianças pequenas, bebês, são populações cativas, cuja locomoção depende de adultos. Se não dispuserem de espaços alternativos à casa, viverão seus anos de pequena infância nas condições restritas do domicílio. Essa seria uma das razões para a necessidade de que, particularmente, as creches sejam de boa qualidade. (ROSEMBERG, 2011, p. 21 e 22)

A qualidade de oferta do berçário na RME/BH vem sendo construída e reconhecida desde 2004. Barbosa e Horn (2008) publicaram diversos relatos da RME/BH de práticas pedagógicas, entre elas, experiências do berçário da UMEI Ouro Minas, onde constatamos a concepção de bebê competente e professoras atentas às especificidades desta faixa etária. Silva, Luz e Goulart (2016) publicam seu livro com o objetivo de “compreender as complexas relações entre as crianças, as professoras e as famílias”, pesquisando também os bebês, famílias e professoras do berçário da UMEI Grajaú. Lacerda, Gontijo e Baptista (2019) publicam breves relatos que envolveram narrativas orais, literatura infantil, brincadeiras de faz-de-conta em uma turma de berçário da RME/BH. Em 2010, a professora Sílvia Ulisses de Jesus, UMEI Pedreira Prado Lopes, ganhou o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 pelo projeto desenvolvido no berçário da instituição.⁷

Com isso, as experiências de berçário da RME/BH foram se constituindo como referência de qualidade de espaço de educação e cuidado, fornecendo um modelo de educação pública para o país. Todas as experiências publicadas (BARBOSA e HORN, 2008; SILVA, LUZ e GOULART, 2016; LACERDA, GONTIJO e BAPTISTA, 2019) enfatizam os bebês enquanto sujeitos competentes, produtores de cultura. Enfatizam, também, a importância das relações afetivas e o importante papel das professoras.

As pesquisas referentes à plasticidade cerebral indicam que as experiências vividas na infância modificam biologicamente o cérebro, por meio da reorganização do sistema

⁶ Parte das reflexões presentes neste tópico foram produzidas por mim durante a elaboração do trabalho de conclusão intitulado “Uma introdução ao estudo da contribuição da neurociência no desenvolvimento da percepção e memória dos bebês” do curso de Pós-Graduação em Neurociência e Educação Infantil do Instituto Pedagógico Universal (IPEUNI) em fevereiro de 2019.

⁷<https://novaescola.org.br/conteudo/1854/professora-de-creche-e-consagrada-educadora-do-ano>
Acesso em 27 de julho de 2019.

nervoso, com grande repercussão no desenvolvimento infantil (GALVÃO, 2016; GUERRA, 2018; BRAZÃO e RAUTER, 2014). Para Rodrigues (2011), desenvolvimento é compreendido como um processo extremamente complexo, progressivo, que levam ao crescimento e aumento das capacidades de compreensão, aquisição de novas habilidades e respostas mais sofisticadas, levando a modificações comportamentais, que podem ser mensuradas.

O aprendizado influencia a estrutura física do cérebro à medida que cria novas conexões neurais e amplia a densidade das existentes em função de estímulos em determinadas áreas (FISCHER, 2001). Galvão (2016) enfatiza que as relações estabelecidas com o meio possuem um papel primordial para o desenvolvimento cerebral, pois este não é apenas uma construção biológica.

o desenvolvimento do cérebro não é autônomo e depende das relações que a criança estabelece com o meio. Assim, desde o nascimento, a quantidade e a qualidade das interações vão ampliar ou restringir o universo de significações e sentidos. (GALVÃO, 2016, p.101)

Os bebês vêm ao mundo com diversas competências e utilizam-se das sensações, sentidos e sentimentos para construir suas interações com objetos e pessoas. Por ainda não se expressarem pela linguagem verbal, seu pensamento também não pode ser caracterizado por modelos conceituais do universo adulto, letrado. Sua interação com o mundo é construída por afetos, sentimentos e sensações e reconhecer esta especificidade é essencial para estabelecer experiências significativas. A creche, portanto, é vista como lugar privilegiado do trabalho com bebês por garantir ambientes desafiadores que produzem experiências essenciais neste início da vida, a partir da interação entre os bebês e outras crianças, entre eles e objetos e entre eles e adultos.

Há algum tempo atrás, acreditava-se que os bebês nasciam sem nenhuma forma de interação, não se comunicavam e eram passivos, dependentes quase por completo dos adultos. Com o desenvolvimento da medicina e das novas tecnologias e a apropriação destas novas descobertas no campo educacional, foi possível constatar que os bebês iniciam seu aprendizado dentro do útero materno e chegam ao mundo com muitas competências, sendo o início da vida um momento de grande descobertas e aprendizados. Nas últimas quatro décadas houve um aumento significativo do estudo sobre as interações iniciais das crianças pequenas e bebês no espaço escolar. (GOLSE, 2005; HAASE, PINEIRO-CHAGAS, ARANTES, 2009; FOLCHI, 2013; GALVÃO, 2016; GUERRA, 2018).

Os primeiros anos de vida do bebê são o momento de maior plasticidade cerebral⁸, isto é, trata-se de uma fase receptiva de intenso desenvolvimento do sistema nervoso. Neste

⁸ Neuroplasticidade é a habilidade de modificar biologicamente o cérebro a partir das experiências (KUHL, 2016)

período, há uma grande capacidade de fazer e desfazer conexões entre os neurônios, reorganizando o sistema nervoso e cerebral. Nesta fase da vida, constrói-se a base biológica da aprendizagem e do esquecimento (GUERRA, 2018). Mas esse processo não ocorre de forma autônoma, mas por meio da relação da criança com o ambiente (GOULART, 2008; GALVÃO, 2016).

Segundo Ribas (2006), o sistema nervoso de qualquer ser vivo possui como principal função propiciar a adaptação ao meio ambiente. Guerra (2018) afirma que a evolução garantiu aos seres humanos um cérebro capaz de aprender a fim de garantir o bem-estar e a sobrevivência da espécie. O desenvolvimento pleno das crianças ocorre quando se garante condições adequadas nos aspectos nutricionais, com alimentação equilibrada e rica em nutrientes essenciais; emocionais, com vínculo afetivo significativo e segurança; cognitivos, por meio de estímulos sensoriais; e motor⁹, com possibilidade de exploração do meio que os cerca com segurança e autonomia.

A educação infantil e a exposição a estímulos sensoriais, motores, emocionais e sociais variados, frequentes e repetidos nessa fase contribuirá para a manutenção das sinapses já estabelecidas, com preservação de comportamentos com os quais nascemos, e para a formação de novas sinapses, resultando em novos comportamentos. Falta de estimulação pode levar a perda de sinapses. (GUERRA, 2018, p. 5)

Percebe-se que as crianças que são expostas a ambientes estimulantes e afetivos desde muito cedo, criam para o resto de suas vidas uma grande capacidade de aprendizado (FISCHER, 2001). Mas a educação de crianças pequenas não é fácil. As pesquisas do campo educacional apontam a complexidade do trabalho com esta faixa etária. Segundo Galvão,

O fato de não usarem a linguagem verbal para expressar sua maneira de produzir significados e sentidos obscureceu, durante muito tempo, as interações dos bebês com seu entorno sociocultural. Àquele que não fala foi negado o direito à cidadania, ou seja, o direito de ser um sujeito que interage com a cultura produzindo significações e fabricando cultura. (GALVÃO, 2016, p. 98)

Goulart também enfatiza a complexidade desta atividade, reconhecendo as crianças pequenas como sujeitos concretos capazes de sofrer a influência do ambiente e modifica-lo com suas ações. A criança deve ser vista como “mensageira da novidade” (GOULART, 2008, p.9) e produtora da cultura infantil, que funciona de maneira diferente da cultura dos adultos e possui especificidades características da faixa etária.

⁹ Para Emmi Pikler, permitir que as crianças se movam em liberdade, tornam-nas mais prudentes, pois elas aprendem a melhor maneira de cair. Às que não são permitidas liberdade de moverem-se, são mais propícias a acidentes porque lhes faltam tanto experiências motoras, quanto capacidade de reconhecer seus próprios limites. (FALK, 2001 *apud* FOCHI, 2013)

Dessa maneira, precisamos olhar a primeira infância, inclusive os bebês, não mais como alguém sem capacidade e habilidades, e sim como atores sociais que estão na fase da vida com maior capacidade de aprendizado. Não existirá, durante toda a vida do ser humano, outro período de maior competência para estabelecer conexões nervosas. Associado a isso, é preciso, também, compreender que há uma cultura da infância, que se difere da cultura adulta, criada e produzida pelas crianças, afinal elas são “mensageiras da novidade”.

Para o desenvolvimento adequado é necessário que o ambiente propicie certas condições, como por exemplo, acolhimento e escuta, entendendo que a comunicação ocorre desde o nascimento, e não após o final do processo de aquisição da linguagem verbal; respeito ao tempo próprio, entendendo que os esforços interiores são regulados pelas próprias crianças, e não por agentes externos; estimulação da curiosidade e da imaginação; organização de uma vivência coletiva (GOULART, 2008; FOCHI, 2013).

A creche torna-se um lugar privilegiado para o desenvolvimento pleno dos bebês, pois conta com profissionais especializados na primeira infância, que devem promover ações que colaborem no desenvolvimento das crianças: a professora. Uma de suas funções é oportunizar a convivência entre crianças e adultos, ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas (BRASIL, 2009), considerando o bebê como sujeito ativo em seu desenvolvimento, produtor de cultura. Portanto,

cabe ao adulto a tarefa de criar ambientes estimuladores que ampliem as possibilidades de desenvolvimento das crianças. Como representantes da cultura, seu papel é apoiar e potencializar as explorações da criança, enxergando-a como parceira ativa no processo de desenvolvimento. (GOULART, 2008, p. 28)

O desenvolvimento dos bebês está conectado diretamente ao amadurecimento do seu sistema nervoso. É necessário que haja capacidades biológicas básicas para que o bebê se relacione com o meio. Portanto, o desenvolvimento humano é biológico e cultural ao mesmo tempo, a criança se desenvolve de forma integrada.

Contrapondo o paradigma de que os bebês são incapazes de interagir, incompetentes por natureza e que toda a aprendizagem é proporcionada pelos adultos, vários autores anunciam os bebês, como discutido anteriormente, como “mensageiros da novidade”. Isto significa encará-los como crianças concretas, não imaginárias, que atuam sobre objetos, culturas e interagem com outros bebês, crianças e adultos, e se expressam.

Malaguzzi¹⁰ (1999 *apud* FOCHI, 2013) afirma que só se aprende sobre as crianças por meio das próprias crianças. É preciso que os adultos entendam que a incapacidade de

¹⁰ MALLAGUZZI, Loris. Histórias ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

entender as crianças é dos adultos, e não delas. Há uma grande incompletude para entendermos os bebês e suas várias linguagens, “seja pelo fato de estarmos imersos no mundo das palavras, seja pela histórica imagem da ausência de linguagem antes da fala.” (FOCHI, 2013, p. 103)

Lacerda, Gontijo e Baptista (2019) enfatizam que a necessidade de escutar a voz das crianças nessa primeira infância, com a finalidade de estabelecer diálogo com elas.

Mas a escuta extrapola o som verbal. É preciso escutar e ler o que a criança, que muitas vezes não fala, tem a nos dizer sobre o mundo que a cerca e os encantamentos, tensões e conflitos presentes nas relações e interações delas com os outros e com os objetos. O adulto, nessa relação, possui papel desafiador, pois ao olhar, escutar as crianças, devolvemos para elas por gestos e palavras sentidos do que estão vivenciando. É a partir desses sentidos, conteúdos sociais e afetivos que a criança vai se constituindo e construindo a consciência de si mesma. (LACERDA, GONTIJO E BAPTISTA, 2019, p. 3-4)

A creche, incluindo o berçário, proporciona aos bebês um ambiente rico para se desenvolverem. Ao priorizar no trabalho com as crianças pequenas atividades associadas à ideia de que a criança é capaz de aprender a partir do seu interesse, regulando a si mesma, confere-se a ela seu lugar de “mensageiro da novidade”, permitindo a sua participação ativa na cultura da infância.

2. Escrever: construindo a pesquisa

Até 2004, a PBH não possuía atendimento de creche (0 a 3 anos) nas instituições de educação públicas. Havia poucas escolas de educação pré-escolar (13) e turmas em prédios que ofertam outros níveis de ensino para atender crianças a partir de 4 anos. O atendimento dos bebês era feito nas creches conveniadas de Belo Horizonte e instituições privadas.

Das 13 escolas de educação infantil, antes de 2004, cinco funcionavam em prédios cedidos ou alugados. A inauguração delas ocorreu no decorrer de 42 anos: de 1957 a 1999.

QUADRO 2 – ANO DE INAUGURAÇÃO E SITUAÇÃO DO IMÓVEL DOS JARDINS MUNICIPAIS (1957 – 1999)

INAUGURAÇÃO	JARDIM MUNICIPAL	REGIONAL	PRÉDIO PRÓPRIO
1957	Renascença	Nordeste	Não
1969	Elos	Nordeste	Não
1982	Cornélio Vaz de Melo	Noroeste	Sim
1982	Cristovam Colombo	Oeste	Não
1982	Maria da Glória Lommez	Noroeste	Sim
1982	Marília Tanure	Centro-Sul	Não
1983	José Brás	Barreiro	Sim
1988	Maria Sales Ferreira	Oeste	Não
1991	Alessandra Salum Cadar	Venda Nova	Sim
1991	Miriam Brandão	Venda Nova	Sim
1994	Francisco Azevedo	Nordeste	Sim
1996	Henfil	Pampulha	Sim
1999	Vereador Antônio Menezes	Venda Nova	Sim

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) apud VIEIRA, 1998, p.65

Segundo Dalben et al. (2002), são raros os estudos no Brasil sobre a demanda na educação infantil. Em 1999 foi realizada, no município de Belo Horizonte, uma pesquisa coordenada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nela investigou-se,

em amostra estratificada, o ingresso e o não ingresso a creches e pré-escolas, o tipo de estabelecimento, as estratégias da família, quando a criança não está frequentando a creche/pré-escola e o interesse, bem como a percepção da população em relação aos serviços para crianças pequenas. (DALBEN et al., 2002, p. 61)

Com este estudo, foi possível inferir na época que 51 mil crianças utilizariam os serviços de creche/ pré-escola caso fossem ofertados e em outras condições que as atuais. Concluiu-se, ainda, que 60,6% das crianças de zero a seis anos não frequentavam creche e pré-escola no período estudado.

No ano de 2000, outro estudo foi realizado em colaboração entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da PBH e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Pró-Reitoria de Extensão e Departamento de Pediatria/ Faculdade de Medicina. Neste, confirmou-se a pesquisa de demanda coordenada pelo CEDEPLAR (1999 *apud* DALBEN et al., 2002), recortando uma nova amostra à 30 bolsões de pobreza da capital. “Foram estudadas crianças de zero a seis anos de idade cujas mães trabalhavam fora e que não frequentavam creche, suas famílias e seus cuidadores.” (CARVALHO, RICAS, MACHADO, 2000, p.20) Um dos achados do estudo é a constatação de que há predominância de um cuidado alternativo: arranjo doméstico na casa da criança ou do cuidador (83% dos casos), por um parente não remunerado, ou remunerado precariamente. As crianças permaneciam sob os cuidados dos cuidadores mais de 4 horas por dia (78%) e por 5 ou mais dias na semana (89%).

Em 2002, novo estudo é realizado para avaliar uma nova forma de convênio entre PBH e Creches, coordenado pelo Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME), da Faculdade de Educação da UFMG; financiada pela Fundação Ford e Secretaria de Educação de Belo Horizonte (DALBEN et al., 2002). Neste, fizeram levantamento em agosto e setembro de 2001 da lista de espera junto às creches e pré-escolas conveniadas com a PBH. Estavam inscritas e não atendidas 11.008 crianças. Os autores observam, ainda, que este número pode ser maior uma vez que várias instituições informaram que pararam em determinado período de anotar os novos pedidos de vagas pela incapacidade de atendê-los.

Em 2003, após todas estas pesquisas e amplo debate com a comunidade, a Prefeitura cria as UMEIs para ampliar o atendimento desta primeira etapa da educação básica, por meio da Lei 8679/2003. Para trabalhar nestas unidades, a mesma lei cria um novo cargo, com remuneração inferior à do Professor Municipal que até então trabalhava com crianças a partir de 4 anos.¹¹

¹¹ Os debates nem sempre criaram consensos para a implantação da política pública. Houve grande resistência por parte do Sindicato representante das professoras na época (Sind-ute subsele Belo Horizonte) relacionado à criação do novo cargo, quebrando a carreira única das professoras. Houve, também, posicionamento contrário ao novo cargo do Conselho Municipal de Educação. (ROCHA, OLIVEIRA, LACERDA, 2006).

A criação deste novo cargo colocou em destaque o debate sobre qual concepção pedagógica seria implementada na RME/BH. Inicialmente, segundo Rocha, Oliveira e Lacerda (2006), a formação nível médio, modalidade magistério, não seria exigida, o que demonstrava a concepção que não era necessária formação pedagógica para trabalhar com esta faixa etária. Além disso, o horário de trabalho seria de 6h diárias, sendo que as demais professoras da rede, inclusive as que trabalhavam nas treze pré-escolas, tinham carga horária diária de 4h30 (22h30 semanais). O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-Ute), subsede da Rede Municipal de Belo Horizonte, mobilizou as trabalhadoras e, fruto desse movimento, foi aprovada pela Câmara de Vereadores na Lei 8679/03 a necessidade de formação em magistério para o trabalho com crianças pequenas e a redução do horário de trabalho para 4h30 diárias, igual ao das demais docentes da PBH.

Em julho de 2004 inicia-se o processo de posse das educadoras infantis e o trabalho nas UMEIs. Após o início do ano letivo, a prefeitura decidiu unilateralmente extinguir as férias coletivas nas Unidades Municipais de Educação Infantil, convocando todas as trabalhadoras a iniciarem o ano letivo em 17 de janeiro de 2005, anunciando o atendimento ininterrupto na cidade. Essa proposta gerou um momento de tensão entre Sind-ute/MG, subsede da Rede Municipal de Educação, e PBH, com nova mobilização realizada na cidade por parte das professoras e sindicato, iniciando o ano de 2005 com movimento grevista pela unificação do calendário entre escolas municipais e UMEIs. Como acordo de fim de greve, a Prefeitura aceitou realizar uma pesquisa com as famílias sobre o melhor calendário para a educação infantil. Neste período, o movimento sindical discutiu com a cidade o direito das crianças à convivência familiar e ao lazer, a necessidade da interrupção das atividades letivas para garantir maior contato das crianças pequenas com a cultura familiar. Nesta pesquisa, 56% das famílias afirmaram que o calendário da educação infantil deveria ser igual ao do ensino fundamental; a partir de 2006 a Prefeitura cumpriu o acordo, unificando os dois calendários escolares¹².

De 2004 a 2017, as UMEIs foram consolidando práticas educacionais com e para os bebês, discutindo sobre esta fase da infância e ganhando a confiança da comunidade no trabalho desenvolvido¹³. Várias pesquisas acadêmicas (BARBOSA E HORN, 2008; SILVA, LUZ E GOULART, 2016; LACERDA, GONTIJO E BAPTISTA, 2019) abordam as vivências do berçário na RME/BH, registrando a qualidade do cotidiano presente nas EMEIs da cidade.

Segundo Silva (2018), a PBH contava com uma rede de 131 UMEIs, 13 EMEIs, 42 Escolas Municipais com turmas de Educação Infantil e 193 creches conveniadas (rede

¹² Para mais informações sobre análises do ponto de vista sindical a respeito da ampliação da educação infantil realizada a partir de 2004 pela PBH, consulte relato de Rocha, Oliveira e Lacerda (17 de maio de 2008) no blog "Educação Infantil PBH" <http://educacaoinfantilpbh.blogspot.com/2008/05/1-quais-as-aes-do-sindicato-em-favor.html>. (sic) Acesso em 27 de julho de 2019.

¹³ Esta questão foi apresentada no tópico 1.2 "Bebês, mensageiros da novidade".

parceira); perfazendo 186 instituições na rede própria e 379 instituições no total (rede própria e parceiras)¹⁴. Entre 2013 e 2015 foram construídas 46 novas unidades.

No final de 2017, para ampliar o atendimento de 3 a 5 anos, a PBH modifica sua política para a educação infantil sem construção coletiva com nenhum espaço de participação social: fecha os berçários de 50 UMEIs (SILVA, 2018); cria turmas de 3 a 5 anos em escolas de ensino fundamental; diminui significativamente o atendimento em horário integral das turmas de 02 anos, abrindo vagas para crianças em horário parcial; diminui a jornada de todas as crianças da educação infantil de horário parcial de 4h30 para 4h diárias, e de horário integral de 10h30 para 9h diárias. A partir de 2018, observamos um aumento na oferta de turmas flexíveis, isto é, turmas que atendem crianças de dois recortes etários consecutivos. Apesar desta forma de agrupamento ser anterior às mudanças de 2018, indagamo-nos qual a relação entre a oferta em horário parcial para a creche e a oferta de turmas flexíveis. Será que o aumento destas turmas surge da diminuição do número de crianças por faixa etária na lista de espera por vagas? Esta diminuição tem relação direta com a oferta de horário parcial na creche? Estas questões não conseguiremos responder neste trabalho.

Em 2018, a Prefeitura fecha o berçário da UMEI São Gabriel, existindo apenas uma escola conveniada no bairro que atende esta faixa etária: “Creche Três Porquinhos”. As inscrições para vagas na educação infantil até o ano de 2017 eram realizadas diretamente nas UMEIs. Em todas ficavam afixadas a lista com os contemplados e a lista de espera por vaga. Podia-se observar que as maiores listas de espera eram das crianças de 0 a 2 anos, incluindo a dos berçários¹⁵. Silva (2018) aborda essa questão em seu trabalho, constatação que também tenho durante meus 15 anos de experiência profissional na Educação Infantil da Prefeitura.

Em minha vivência profissional, durante o acompanhamento do processo para distribuição das vagas, tenho observado que a lista de pretendentes é extensa, especialmente para a faixa etária das crianças de zero a três anos, o que denota a incapacidade do município em atender a demanda. (SILVA, 2018, p. 87)

A partir de 2018, a Prefeitura concentrou o cadastro escolar por meio eletrônico. Este cadastro centralizado zerou a duplicação de inscrições, pois até 2017 as famílias podiam fazer inscrições em várias unidades de sua preferência. Após a centralização, a família não escolhe mais onde deseja efetuar a matrícula, sendo encaminhada para a instituição mais próxima da sua casa, ou do trabalho, se houver vaga.

¹⁴ Dados recolhidos por Silva (2018) no Sistema Geral Escolar (SGE) / Núcleo de Convênios da Educação Infantil / Secretaria Municipal de Educação (SMED), em abril de 2018.

¹⁵ Até novembro de 2019, a prefeitura não disponibilizou os números da lista de espera dos berçários da cidade de 2004 a 2019 para a pesquisa. O pedido de dados foi protocolado em 21 de março de 2019 no Gabinete da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

A lista de espera do berçário para conquistar vaga em 2019 da região do São Gabriel compreendia 34 crianças (lista afixada na instituição em novembro de 2018). Na regional nordeste, foram inscritas no Cadastro Municipal 356 crianças de 0 a 1 ano¹⁶. Sem uma pesquisa de impacto dessas decisões, a Prefeitura opta por implementar uma nova política pública que traz repercussões desconhecidas para o público atendido. Temos a hipótese de que tais decisões podem inclusive, mascarar demandas da sociedade, uma vez que quando há a diminuição significativa da oferta, muitas famílias não procuram pelas poucas vagas existentes na cidade, nem sempre próximo do local de moradia. Segundo Baptista, Coelho (2000 *apud* DALBEN, 2002, p. 61), “a demanda não está apenas relacionada a um sistema cultural de crenças e valores; mas ao tipo de oferta existente e ao nível de informação da população”. Esta lista com 34 crianças contempla a procura de vagas na região, no entanto não podemos concluir que seja a demanda real uma vez que a inexistência de atendimento na EMEI São Gabriel para esta faixa etária pode ter reprimido a procura.

A intenção inicial desta pesquisa era encontrar as famílias de bebês do Bairro São Gabriel e levantar a demanda real pelo berçário na região do São Gabriel, observando se as famílias que tinham interesse na vaga de berçário em 2018 realmente se inscreveram no cadastro, no entanto; isso não foi possível, como abordaremos no tópico “2.2 - Procedimentos Metodológicos”.

Neste trabalho, observamos a efetivação do direito à educação infantil das crianças de 0 a 1 ano por meio da frequência de 2004 a 2017, demonstrando que a UMEI cumpria este papel no caso das crianças atendidas. A demanda aparente foi registrada nesta pesquisa pela lista de espera de 34 crianças para 2019, pois não tivemos acesso à lista de 2018, e investigamos quais estratégias foram utilizadas pelas famílias das crianças matriculadas na EMEI em 2019 na ausência de atendimento escolar para esta faixa etária na EMEI São Gabriel em 2018. As mães, em sua grande maioria, foram as responsáveis pelos cuidados domésticos com as crianças, conforme trataremos no tópico “2.3.4 Achados e Perdidos: organização familiar na ausência de vagas na EMEI São Gabriel de berçário em 2018”.

2.1. Objetivo

Compreender como as decisões políticas de fechamento do berçário da EMEI São Gabriel impactaram as famílias do bairro.

¹⁶ Dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação em apresentação oral ao Conselho Municipal de Educação em 21 de março de 2019.

Objetivos Específicos

- Mapear no Centro de Saúde do Bairro São Gabriel a identificação das crianças nascidas no período entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018: nome da criança, mãe e/ou pai, endereço e telefone;
- Identificar por meio de questionário os espaços acionados pelas famílias das crianças (nascidas no período entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018) na existência ou ausência de atendimento educacional;
- Compreender as formas de organização das famílias mediante o atendimento ou não da demanda de oferta de berçário no bairro São Gabriel.
- Analisar a frequência dos bebês na turma de berçário de 2004 a 2017 para perceber se o direito à vaga era efetivado por meio da permanência;

O estudo pretendia levantar a demanda de vagas em creche pública para berçário (rede própria ou conveniada), o acesso à creche e os arranjos familiares na ausência do atendimento público no bairro São Gabriel, no ano de 2018, com o objetivo de compreender como as decisões políticas de fechamento do berçário da EMEI São Gabriel impactaram as famílias do bairro. No entanto, não conseguimos mapear os bebês do bairro, o que prejudicou a aplicação do questionário com as famílias das crianças do recorte. Foi então necessário adaptar o estudo para uma amostra menor, reduzindo o foco às famílias que conseguiram vaga na EMEI São Gabriel em 2019 na turma de 0 a 03 ano (sala 01). Mesmo não efetivando a segunda etapa, esclarecemos neste capítulo as dificuldades do processo que terminou na alteração parcial do objetivo inicial do trabalho e reestruturação dos objetivos específicos e metodologias, reduzindo a expectativa de generalização dos resultados obtidos.

Portanto, o objetivo “Identificar por meio de questionário os espaços acionados pelas famílias das crianças (nascidas no período entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018) na existência ou ausência de atendimento educacional” foi reelaborado para atender as condições reais do trabalho:

- Identificar por meio de questionário os espaços acionados pelas famílias das crianças que conquistaram a vaga em 2019 na turma de 01 a 03 anos (nascidas no período entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018) na ausência de atendimento educacional em 2018 na EMEI São Gabriel

2.2. Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada é da pesquisa qualitativa, estudo de caso. Segundo Ludke e André (1986), cinco características básicas configuram este tipo de estudo: o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador o principal instrumento; predominam dados descritivos; preocupação maior com o processo do que com o produto; pesquisador apresenta foco especial ao significado fornecido pelas pessoas às coisas e à vida; geralmente a análise dos dados segue um processo indutivo. As mesmas autoras conceituam o estudo de caso como o estudo de um caso, seja simples e específico, ou complexo e abstrato. Segundo eles, “O interesse, portanto, incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações.” (LUDKE, ANDRÉ, 1986, p. 17)

O presente trabalho compreendia inicialmente três etapas:

1. levantamento e análise documental dos diários de classe das turmas do berçário e da sala de 01 ano dos anos de 2004 a 2017;
2. pesquisa exploratória com objetivo de mapear os bebês nascidos entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018, residentes no bairro São Gabriel;
3. questionário com as famílias das crianças do recorte, moradoras do bairro.

A primeira etapa consistiu em contextualizar o atendimento realizado na EMEI São Gabriel. Para isso, realizamos análise documental dos diários de classe das turmas do berçário e da sala de 01 ano, objetivando identificar se a demanda pelas turmas de 0 a 2 anos é efetivada em frequência das crianças e a porcentagem de rotatividade de transferência / abandono nestas turmas. A ampliação desta fase da pesquisa para a turma de 1 a 2 anos, que não é alvo central do estudo, possui a finalidade de obter parâmetro para comparação dentro da instituição, pois a pesquisa avalia apenas a realidade da EMEI São Gabriel e encontramos apenas um estudo na revisão bibliográfica sobre frequência na educação infantil (Silva, 2018).

A segunda etapa compreendia uma pesquisa exploratória com objetivo de mapear os bebês nascidos entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018, residentes no bairro São Gabriel. Para esta pesquisa, selecionamos duas fontes de coleta: a primeira, a lista de matrícula das crianças da sala de 01 a 03 anos da EMEI São Gabriel no ano de 2019; a segunda, a lista de identificação das crianças no Posto de Saúde do São Gabriel. Nesta, coletaríamos nome e endereço das crianças vacinadas no Posto de Saúde São Gabriel, a

partir da hipótese de que a vacinação de bebês é uma política pública governamental universalizada, atingindo as crianças com menor e maior poder aquisitivo do bairro.

O primeiro grupo de famílias foi identificado a partir de uma reunião de pais e mães realizada na EMEI em 19 de março de 2019, quando apresentamos a pesquisa e solicitamos autorização por escrito para entrarmos em contato via telefone agendando dia e local para a aplicação de questionário. Todas as dez famílias presentes autorizaram o contato. Das dez, quatro crianças estavam fora do recorte pesquisado (bebês nascidos entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018), portanto o questionário (Apêndice A) foi realizado com 06 famílias.

Inicialmente, aplicaríamos o questionário no primeiro grupo como teste, avaliando posteriormente se as perguntas estariam elucidando o problema, ou se seria necessário readequar o instrumento. Com a demora no trâmite para receber a resposta da não anuência da pesquisa no Posto de Saúde (de 11 de março a 11 junho), iniciamos a terceira etapa com o primeiro grupo e não foi possível aperfeiçoar o questionário. Identificamos, nesta fase, com quem os bebês ficaram no primeiro ano de vida; desejo (ou não) de conseguir vaga em EMEI ou creche conveniada; se realizou o cadastro em 2017 para conquistar vaga no berçário em 2018. Após a aplicação do questionário, percebemos a necessidade de analisar as fichas de anamnese dos bebês matriculados no berçário da UMEI em 2017, para comparar os resultados relativos ao trabalho remunerado das mães das crianças da amostra.

Para a coleta no posto, em 11 de março entregamos carta de apresentação do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica / UFMG (Laseb) à Gerente do Posto de Saúde, solicitando acesso aos dados da pesquisa. Agendamos uma conversa em 14 de abril com a Gerente para apresentar os objetivos da pesquisa, no entanto foi desmarcada por motivo de agenda externa da mesma. Não foi possível reagendar o encontro e após 05 tentativas de retorno por telefone (15, 18, 19 e 20 e 25 de março), a Gerente informou que não poderia disponibilizar nenhum dado sem a anuência da Gerência de Educação em Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (GEDSA – PBH) e que não dispunha de pessoal disponível para a coleta de dados.

O projeto de pesquisa foi encaminhado para a GEDSA - PBH em 10 de abril de 2019, com o objetivo de conseguir a anuência para o estudo no Posto de Saúde. Em 09 de maio recebemos retorno por e-mail da gerência informando a não anuência ao projeto de pesquisa (ANEXO A), justificando que “a listagem nominal de crianças é sigilosa e não pode ser disponibilizada aos pesquisadores” e que a “análise da informação sobre vacinação só pode ser realizada com o consentimento do responsável pela criança e não está contemplada no TCLE [Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pesquisa na Área da Educação (Apêndice B)] do projeto.”

Não faz parte da pesquisa qualquer coleta ou análise do cartão de vacina das crianças. Reforçamos que a intenção era coletar no posto apenas o nome e endereço das crianças do

recorte da pesquisa. Portanto, encaminhamos em 22 de maio um recurso à GEDSA – PBH. Em 11 de junho a GEDSA reafirma a “não anuência” justificando que “a listagem nominal de crianças com respectivo endereço é sigilosa e não pode ser disponibilizada aos pesquisadores.” (ANEXO B). Sem a possibilidade de mapear as crianças do recorte, centramos o estudo na amostra de famílias já localizadas na EMEI São Gabriel. Por ser um grupo que conquistou a vaga em 2019, entendemos que a pesquisa reflete um grupo específico, não podendo generalizar os achados. O grupo total da pesquisa possui a pré-disposição em considerar a escola como um espaço a ser acionado pela família para cuidado e educação das crianças pequenas, uma vez que em 2019 fez esta opção.

Além deste mapeamento, utilizamos, também, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2017, no tema Educação. Solicitamos à Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e Diretoria Regional de Educação – Nordeste (DIRE-NE), dados de inscrição do cadastro para educação infantil realizado pelas famílias com objetivo de conquistar vaga na rede pública e conveniada (2017 e 2018); listagem de famílias atendidas pela Creche Conveniada Três Porquinhos no berçário no ano de 2018; número de turmas atendidas em berçários na Rede Própria da Prefeitura de Belo Horizonte. Os dados foram solicitados à DIRE-NE em 18 de março de 2019 e à SMED 21 de março de 2019. Mesmo depois de contato telefônico em 10 e 12 de abril, 13, 21 e 27 de maio; e envio do Projeto de Pesquisa solicitado pelo Gabinete da SMED em 22 de maio de 2019, não obtivemos os dados nem retorno formal das solicitações. A coleta e análise deles objetivavam contextualizar a ampliação de vagas na educação infantil desde 2004 em Belo Horizonte, as rupturas e continuidades da garantia do direito à educação dos bebês de Belo Horizonte no decorrer dos anos.

2.3. Berçário na EMEI São Gabriel: caracterização e frequência

2.3.1. *Caracterização do Bairro*

O bairro São Gabriel é predominantemente residencial, possui centro de saúde e centro comercial bem desenvolvido; ruas pavimentadas em sua maioria; rede de esgoto e água tratada. Há no bairro um acampamento cigano, com moradias de alvenaria, e uma ocupação popular, “Lampião”, sem saneamento básico. Há instituições particulares e conveniadas de educação infantil; escolas de ensino fundamental particulares, municipais e estaduais; uma unidade de ensino superior da Pontifícia Universidade Católica. Com relação ao transporte público, há linhas de ônibus, uma estação do MOVE e do Metrô.

2.3.2. *Caracterização da EMEI São Gabriel*

A UMEI São Gabriel foi inaugurada em 23 de agosto de 2004. Segundo o Projeto Político Pedagógico (UMEI, 2014) da instituição, partiu de uma demanda da comunidade local e dos bairros vizinhos, protagonizados na época pela direção da Escola Municipal Oswaldo França Júnior, deputados, vereadores, associações comunitárias dos bairros São Gabriel, Aarão Reis e Vila Esportiva.

O local destinado à UMEI São Gabriel estava proposto, originalmente, a um conjunto habitacional para moradores sem casa do bairro Betânia¹⁷. No entanto, o desejo da comunidade era por uma creche pública para atendimento dos filhos de trabalhadores e trabalhadoras dos bairros próximos ao São Gabriel. A comunidade se organizou para mudar a função deste espaço público e, em 2002, a Prefeitura cedeu o terreno para a construção da UMEI e de um centro de convivência da terceira idade.

As UMEIs, criadas pela Lei 8679/2003, eram vinculadas a uma escola núcleo, que respondia financeira e administrativamente por elas. Até o ano de 2017, a diretora ficava na escola núcleo e as UMEIs possuíam apenas uma vice-diretora. Em 2017, a Prefeitura se comprometeu com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Educação de Belo Horizonte (SindRede/BH) a desvincular as UMEIs das escolas núcleo e conceder a elas autonomia administrativa, financeira e pedagógica. No final de 2017, as

¹⁷ Decreto nº 8513, de 13 de dezembro de 1995, revogado em 2002.

UMEIs elegeram chapas com duas candidatas: vice-diretora e coordenadora administrativa¹⁸. Para 2018, as UMEIs puderam escolher também uma coordenação pedagógica geral, que atua nos dois turnos de trabalho da escola.

Em 18 de setembro de 2018, é sancionada e publicada a Lei nº 11132 que estabelece a autonomia das UMEIs, transformando-as em EMEIs, cria cargos e dá outras providências. Com a publicação desta lei, inicia-se um processo de transição em que precisa modificar toda a estrutura administrativa, rompendo a dependência entre UMEI e escola núcleo. As vice-diretoras assumiram o cargo de Diretora de EMEI e a coordenadora administrativa, a função de vice-diretora, mantendo no quadro a coordenação pedagógica geral.

2.3.3. Atendimento da EMEI São Gabriel

De 2004 a 2017, a UMEI São Gabriel atendia crianças de 0 a 5 anos. Em 2018, a Prefeitura fechou a turma de berçário para abrir mais duas turmas de crianças de 3 anos, em horário parcial. As crianças de 0 a 2, até 2018, ficavam na instituição em horário integral, as de 3 a 5 em horário parcial. Em 2018 atendeu-se a: uma turma integral de 01 a 02 anos; duas turmas integrais de 02 a 03 anos; duas turmas parciais de 03 a 04 anos; quatro turmas parciais de 04 a 05 anos e duas turmas parciais de 05 a 06 anos. Neste mesmo ano, a UMEI São Gabriel recebeu 257 crianças, sendo 104 no turno da manhã, 114 no turno da tarde e 39 em período integral¹⁹.

Desde a inauguração da UMEI, em 2018 foi o primeiro ano que não houve disponibilidade de matrícula para crianças de berçário. Com isso, foi necessário reorganizar a estrutura física da EMEI, pois esta foi construída para atender à creche e pré-escola. A escola possuía um lactário transformado em sala de coordenação; um fraldário transformado em depósito; sala de berçário com ambiente de estimulação transformado em brinquedoteca, e ambiente de descanso transformado em biblioteca.

Pelas minhas vivências profissionais, ou seja, por estar na EMEI desde 2004 como professora, observo que a lista de espera para crianças de 0 a 2 anos sempre foi das maiores da escola²⁰. A UMEI São Gabriel atendia duas turmas de berçário por ano, com quantidade mínima de 12 crianças (Quadro3). Pode-se considerar que há baixo índice de abandono

¹⁸ AS UMEIs criadas por meio de Parceria Público Privada entre Prefeitura e INOVA, empresa Transpes, não possuem o cargo de vice-diretora a partir da Lei 11132/18. A direção possui apenas Diretor e Coordenador Geral. Esta parceria foi estabelecida por licitação pública.

¹⁹ Dados coletados no Sistema Geral Escolar (SGE) em setembro de 2018.

²⁰ Durante a fase exploratória da pesquisa, solicitamos a quantidade de crianças na lista de espera da EMEI São Gabriel de 2004 a 2017, no entanto não obtivemos resposta dos dados pela Prefeitura.

escolar nestas turmas, sendo apenas 20 crianças em 14 anos de atendimento (9,95%). A maior desistência foi em 2011 de 4 crianças (22,22%). Nos anos de 2004, 2005 e 2015 não houve nenhum abandono.

QUADRO 3 – RELAÇÃO MATRÍCULA X ABANDONO NAS TURMAS DO BERÇÁRIO NA EMEI SÃO GABRIEL (2004 - 2017)

ANO	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	ABANDONO / TRANSFERÊNCIA
2004	12	0
2005	13	0
2006	12	2
2007	14	1
2008	14	1
2009	15	1
2010	14	2
2011	18	4
2012	16	2
2013	15	3
2014	14	1
2015	13	0
2016	17	2
2017	14	1
TOTAL	201	20

Fonte: Diário de classe do berçário da UMEI São Gabriel de 2004 a 2017

Os dados sobre frequência foram colhidos nos diários das duas turmas de berçário de 2004 a 2018. Segundo Silva (2018, p. 107), o “Diário de Classe é um instrumento utilizado para registrar aspectos relacionados à organização da rotina de cada turma.” Nele estão registradas a frequência da criança, relatórios do grupo atendido, relatório de desenvolvimento individual dos alunos e a proposta pedagógica mensal para a turma, além do calendário escolar aprovado pelos órgãos cabíveis da escola e Prefeitura.

Para base de cálculo nesta pesquisa, foram computados os dias letivos e a frequência no período em que a criança estava matriculada. Assim, a proporção refere-se ao período de matrícula de cada criança, e não aos 200 dias letivos, pois encontramos nos diários quantidade totais de dias letivos diferentes por criança e ano. Em 2004, por exemplo, a frequência refere-se aos 75 dias letivos, pois a UMEI foi inaugurada no final de agosto. Há

diferença, também, quando alguma criança cancela a matrícula e outra inicia a frequência no decorrer do ano.

Uma dificuldade para coletar dados de abandono ou transferência refere-se a uma lacuna no início dos anos letivos. Há um registro provisório de frequência no início do ano até que os diários estejam prontos para o registro definitivo. No caso de crianças que cancelaram a matrícula antes da utilização do diário formal, a frequência e abandono não aparecem no documento oficial, perdendo este dado no processo como se estas crianças não tivessem sido matriculadas na escola.

Outro dificultador diz respeito aos primeiros anos de funcionamento da UMEI, pois não havia uma definição de preenchimento do diário formatando condutas durante os anos ou entre as escolas. As turmas de horário integral registravam a presença da criança no dia, independente se frequentou apenas um dos turnos. Assim, no diário de classe, crianças que, por opção da família, permaneciam meio horário na instituição (horário parcial), não eram distinguidas das que frequentavam horário integral.

Havia inexistência, também, de consenso sobre o registro em períodos de greve. As crianças de turno integral que frequentaram a escola em horário parcial no período de greve, e tiveram a compensação de horário em outro dia durante a reposição de aulas, apresentavam mais do que 200 dias letivos no ano, ou número de faltas maior do que os números de dias letivos ofertados no mês. Neste estudo, considereei a presença e o dia letivo apenas na reposição, desconsiderando a presença em meio horário durante a greve, computando para todas as crianças o máximo de 200 dias letivos.

A média da frequência apurada nas turmas de berçário (Tabela 1) é relativamente alta, se considerarmos que as crianças são bem pequenas e há grande incidência de doenças neste primeiro ano de vida. Nos 14 anos de atendimento, tivemos a média de 71,15% de presença dos bebês por ano. A menor frequência foi no ano de 2007 (63,53%) e a maior em 2017 (83,15%). Em oito anos a presença foi maior que a média (2004, 2005, 2009, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017). Em seis, foi menor (2006, 2007, 2008, 2010, 2011 e 2012).

Como parâmetro de comparação, a média anual de frequência das crianças de 01 a 02 anos da UMEI São Gabriel foi pouco superior à do berçário (76,46%). O ano de menor média de frequência foi em 2004 (60,34%) e a maior média em 2006 (86,57%). A Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 01/2015 determina no artigo 15 que a “frequência mínima exigida para a educação infantil é de 60% (sessenta por cento) do total de horas” (BELO HORIZONTE, 2015). Portanto, tanto as turmas de berçário, quanto as de 01 a 02 anos, a frequência estava acima do exigido pelo CME.

TABELA 1 – MÉDIA DE FREQUÊNCIA DAS CRIANÇAS NO BERÇÁRIO E SALA 01 POR ANO NA UMEI SÃO GABRIEL (2004 – 2017)

Ano	% Berçário	% Sala 01
2004	76,88	60,34*
2005	74,01	76,80
2006	65,05	86,57**
2007	63,53*	71,61
2008	64,81*	84,93**
2009	72,97	67,62*
2010	67,30	76,75
2011	63,68*	76,49
2012	65,39	76,52
2013	75,11	77,08
2014	76,75	83,08
2015	77,91**	76,17
2016	72,25	76,52
2017	83,35**	80,00

Fonte: Diários de classe das turmas de berçário e sala 01 da UMEI São Gabriel (2004 a 2017)

Silva (2018, p. 109), avaliando a frequência em 2016 de três UMEIs da Regional Norte, obteve dados no berçário aproximados ao da EMEI São Gabriel. Em sua pesquisa, foram coletados o número de faltas das crianças no ano de 2016 e registrado a média (soma do número de faltas dividido pelo número de crianças da turma). A “UMEI B” apresentou média de 28 faltas, a “UMEI A”, 59 faltas e a “UMEI C”, 69 faltas. Utilizando a mesma metodologia aplicada pela Silva (2018), o berçário da EMEI São Gabriel apresentou média de 41 faltas em 2016.

Podemos concluir com estes dados que as crianças que possuíram acesso às turmas de berçário na UMEI São Gabriel tiveram condições objetivas de frequentar a escola e a grande maioria conseguiu garantir seu direito à permanência na instituição. Silva (2018, p. 56), ao discutir frequência das crianças pequenas em três UMEIs de Belo Horizonte reforça a necessidade de considerar a especificidade da faixa etária, pois a garantia do direito à Educação Infantil depende “da atuação dos adultos para que tenham o acesso às instituições de forma efetiva”.

2.3.4. Achados e Perdidos: organização familiar na ausência de vagas na EMEI São Gabriel de berçário em 2018

Foram localizadas 06 famílias de crianças nascidas no recorte de 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018 (matriculadas na sala 01 em 2019). A sala 01 da EMEI São Gabriel, em 2019, teve agrupamento flexível, estendendo as crianças matriculadas nesta turma às nascidas em 01 de abril de 2016 a 31 de março de 2018, portanto, nem todas as crianças da turma pertenciam ao recorte etário deste estudo. Portanto, foram selecionadas apenas as que eram do recorte e estiveram na reunião de famílias realizada pela professora referência da turma no dia 19 de março de 2019. Todas as crianças selecionadas nasceram em 2017 (duas crianças no mês de abril; uma em junho; uma em agosto; uma em outubro e uma em novembro). O questionário completo está apenso a este trabalho (Apêndice A).

Os questionários foram aplicados em abril (11, 12 e 26) e maio (07, 10 e 16) na EMEI São Gabriel, logo após o horário de entrada das crianças na instituição (7h30). Dos seis questionários, quatro foram respondidos pelas mães, um pelo pai e um pela mãe acompanhada pelo pai da criança. Dois respondentes tinham até 18 anos, dois de 19 a 29, e dois de 30 a 39 anos. Das seis famílias, quatro possuem apenas um filho, e as outras duas possuem 2 filhos. Com relação ao número de pessoas no domicílio, em quatro famílias moram apenas dois adultos com as crianças e nas outras duas, moram três adultos.

Quando questionados quem é o principal responsável pela criança (Questão 04, Apêndice A), três famílias apresentaram a mãe, duas consideraram mãe e pai, e um entrevistado afirmou ser o pai o principal responsável pela criança. A mãe aparece, portanto, em 83,3% das respostas e o pai em 50%. Os demais familiares não foram designados como responsáveis.

Cabe destacar que no caso do entrevistado que afirmou ser o pai o principal responsável, observamos que em três oportunidades que estivemos presentes junto às famílias desta turma (reunião da professora com as famílias e duas assembleias escolares) foi possível identificar a presença do casal, não apenas do pai. Em um quarto momento, formação para famílias e professoras, apenas a mãe estava presente. Isso nos provocou algumas indagações sobre a concepção deste sujeito a respeito do termo “principal responsável”.

Assimetrias de gênero são muito presentes na sociedade brasileira. Uma possível interpretação é de que o sujeito não reconheça a sua companheira como responsável em colaboração, mesmo que ela contribua financeiramente com o sustento da família (Questão 07, Apêndice A), pois o pai declarou que ela estava empregada em 2017, e tenha cuidado da criança durante todo o ano (Questão 12, Apêndice A) por estar afastada do emprego por

motivo de saúde. A mãe foi reconhecida como principal cuidadora, mas não como a principal responsável em colaboração com o pai.

Estaria, o entrevistado, pensando que o responsável pela criança é o “provedor” em uma estrutura familiar tradicional, pois em 2018 a mãe permaneceu em casa? Gebara (2014), em sua tese, discute a definição de provedor, indicando a necessidade de ampliação do termo para incluir o afeto e cuidado, além do aporte financeiro.

Os estudos mais clássicos sobre gênero e família enfatizam as questões materiais, a dimensão econômica, dando pouca visibilidade para uma dimensão mais ampliada da compreensão do fenômeno da provisão como cuidado/afeto/referência/relação humana. (GEBARA, 2014, p.77)

Dos entrevistados, apenas um pai não faz parte da composição familiar. Dos cinco que fazem, um deles não é o pai biológico, e sim padrasto. Todos os cinco trabalhavam em 2018.

Durante a aplicação do questionário, duas mães responderam que trabalhavam em 2018 e quatro que não trabalhavam (Questão 7, Apêndice A). No entanto, em um segundo contato para saber se elas trabalharam em 2017, realizado em 14 de setembro de 2019, uma das entrevistadas que afirmara não trabalhar durante a aplicação do questionário, respondeu que trabalhou informalmente tanto em 2017 quanto em 2018, sem carteira assinada. Dessa maneira, consideramos que três (50%) mães trabalhavam em 2018, sendo que, destas três, uma estava licenciada pelo INSS por motivo de saúde, e outra em emprego informal, sem carteira assinada. As outras três (50%) mães não trabalhavam em 2018.

Neste segundo contato de setembro de 2019, apenas quatro famílias forneceram resposta relativa à situação trabalhista no ano de 2017. Uma delas afirmou estar trabalhando em 2016, no entanto, saiu do serviço quando ficou grávida e não retornou ao mercado de trabalho. As demais mantiveram a mesma situação trabalhista fornecidas no questionário aplicado.

Com o objetivo de comparar os resultados, acessamos o registro das crianças que frequentaram o berçário da UMEI São Gabriel em 2017 e obtivemos informações pela anamnese a respeito do vínculo empregatício das mães. Foram localizadas nove fichas. Destas, seis (66,6%) tinham remuneração em 2017 enquanto as crianças estavam na escola, e três (33,3%) afirmaram não trabalhar. Das seis que trabalhavam, uma afirmou não possuir renda própria, no entanto justificou a necessidade de matrícula do filho na UMEI por não ter onde deixá-lo enquanto trabalhava com o marido na oficina mecânica da família. A mãe, antes do início do ano letivo, costumava levá-lo, segundo a mesma, expondo-o a situações

perigosas como barulho, produtos com cheiro forte e objetos perigosos para crianças pequenas.²¹

Ao comparar o trabalho remunerado das famílias em 2017 e 2018, percebemos a queda de participação feminina no mercado de trabalho (66,6% e 50%). Não é possível inferir que a ausência de atendimento no berçário seja o fator primordial para esse aumento do desemprego, pois há outros indicadores como o aumento do desemprego no Brasil nos últimos anos. No entanto, muitos autores (FINCO, GOBBI e FARIA, 2015) apontam que a creche é uma política pública necessária para a entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho, como abordado no tópico “1.1 - História da Educação Infantil no Brasil: construção de políticas públicas e a participação do movimento da puericultura e feminista”.

Rosemberg (2015), ao estudar as pesquisas de Montali e Lima²² (2013 *apud* ROSEMBERG, 2015), afirma que há

(...) um padrão consistente na inclusão no mercado de trabalho e em melhores condições para as mães de crianças que frequentam a educação inicial, particularmente para aquelas das crianças de até 3 anos de idade. (ROSEMBERG, 2015, p. 177)

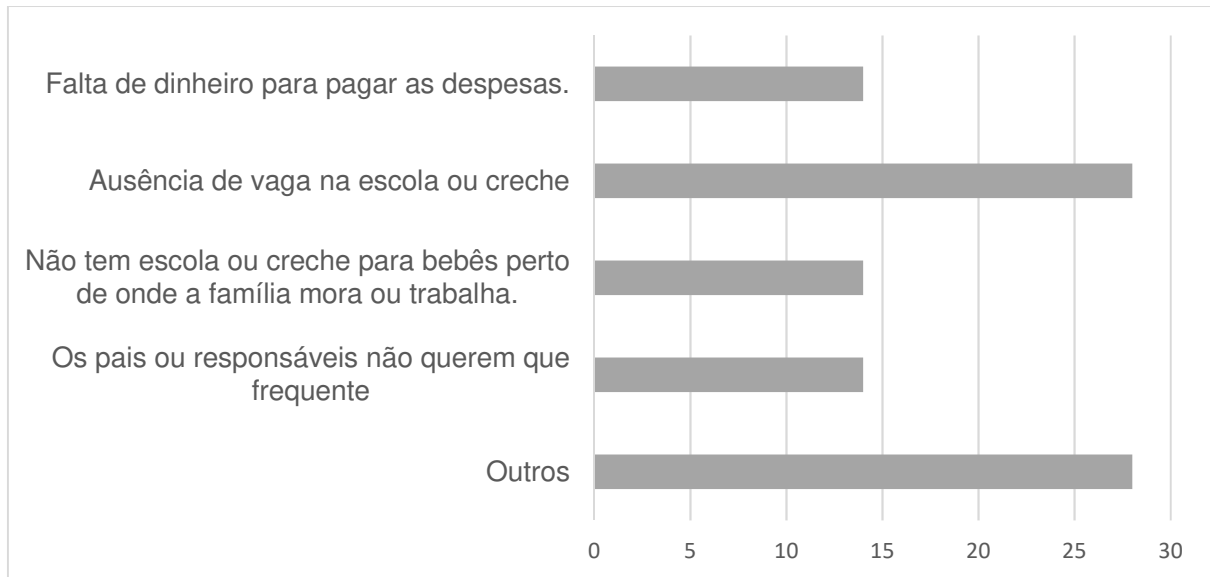
Das seis crianças, apenas uma frequentou escola em 2018, em Ipatinga (fevereiro à 30 de março). Ao mudarem para BH, não encontraram vaga para o bebê. Apenas uma família disse que não tinha interesse em vaga no berçário. As outras cinco afirmaram a “falta de turno integral, falta de condições financeiras para pagar escola particular, não existência de escola ou creche para bebês perto de onde a família mora ou trabalha, ausência de vaga na escola ou creche, término do período de inscrição quando a criança nasceu” como justificativa para não matricular os bebês.

Optamos por estas categorias nas respostas por serem utilizadas pelo IBGE no PNAD Contínuo, com a finalidade de comparar as respostas dadas na nossa amostra com as divulgadas nos anos de 2017 no Brasil e na região sudeste.

²¹ Mesmo duas mães informando não trabalhar, tanto no questionário quanto na anamnese, ao analisar os dados consideramos que elas estavam exercendo trabalho remunerado. No primeiro caso pela afirmação da própria entrevistada em um segundo contato; no segundo caso pelo relato de trabalho como justificativa para a procura de vaga.

²² MONTALI, Lilia & LIMA, Marcelo Tavares. A divisão sexual do trabalho e a desigualdade no mercado de trabalho segundo gênero: implicações para a superação da pobreza. *VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho*. O trabalho no século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas. São Paulo, 2013.

GRÁFICO 1 – MOTIVO PELO QUAL A CRIANÇA NÃO FOI PARA A CRECHE / ESCOLA EM 2018.



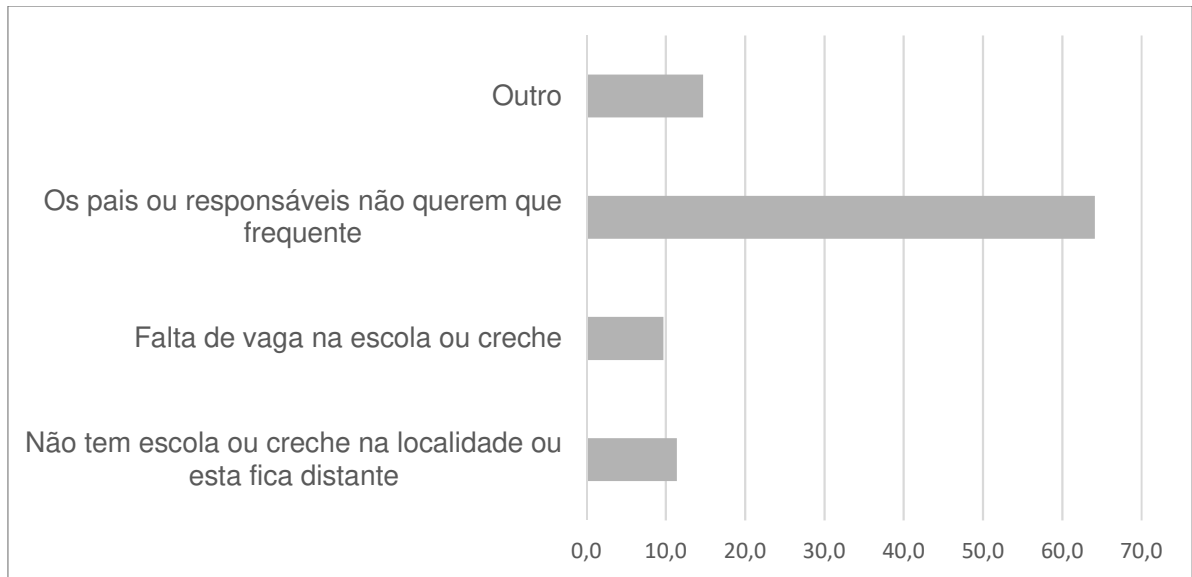
Fonte: Questionário (Apêndice A)

Para analisarmos as respostas dos entrevistados, precisamos destacar que no bairro há uma “creche parceira” da PBH, conveniada, que atende o berçário. A pretensão de matrícula nesta instituição é, desde 2018, disponibilizada pelo cadastro único e a seleção das crianças a serem matriculadas segue os critérios estabelecidos pela Prefeitura. Portanto, há escola no bairro que atende a faixa etária, sendo pouquíssimas vagas diante da demanda apresentada no cadastro. Se considerarmos que há demanda que não foi registrada pelo cadastro da prefeitura, caso abordado mais adiante neste tópico, a ausência de vagas fica ainda maior.

No caso do entrevistado (14%) que respondeu “não ter escola ou creche para bebês perto de onde a família mora ou trabalha” entendemos que a família não teve acesso a esta informação, considerando que a referência da mãe é o local de residência pela falta de trabalho remunerado dela (Questão 07, Apêndice A) e ausência da inscrição desta criança no cadastro (Questão 20, Apêndice A). Das duas famílias (28%) que informaram “ausência de vaga na escola ou creche”, uma fez inscrição no cadastro em 2017, a outra não.

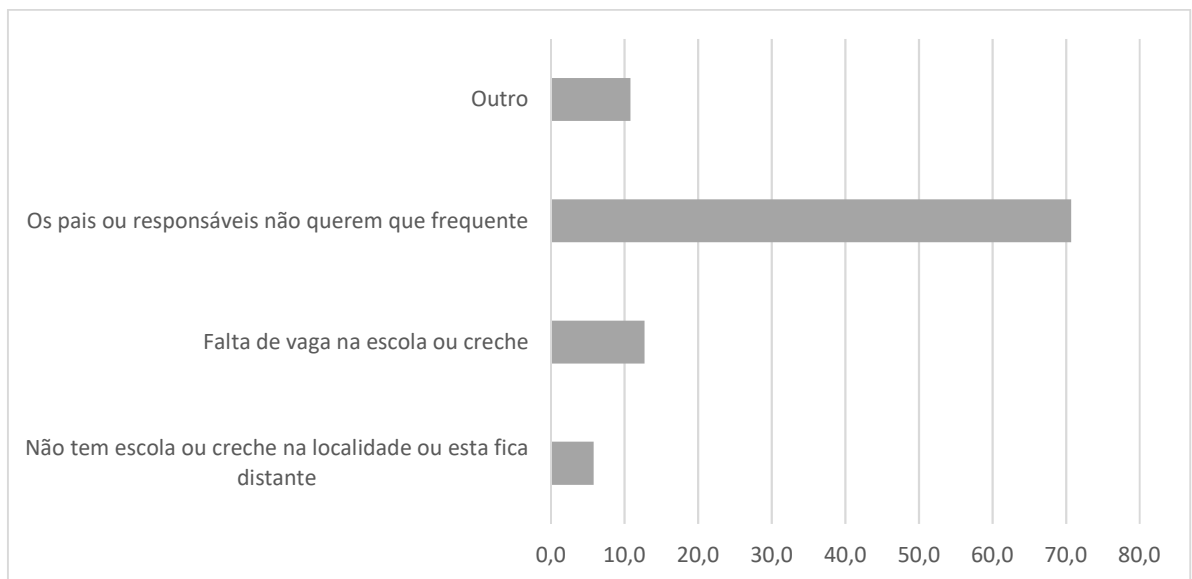
Os resultados nacionais para esta pergunta são apresentados nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 2 – MOTIVO PELO QUAL A CRIANÇA (0 – 1 ANO) NÃO FOI PARA A CRECHE / ESCOLA (%) – BRASIL - 2017



Fonte: PNAID Contínuo 2018

GRÁFICO 3 – MOTIVO PELO QUAL A CRIANÇA (0 – 1 ANO) NÃO FOI PARA A CRECHE / ESCOLA (%) – SUDESTE - 2017



Fonte: PNAID Contínuo 2018

Podemos observar comparando as três pesquisas que, enquanto na regional sudeste e no Brasil como um todo o principal motivo das crianças de 0 a 1 ano não frequentarem creche era porque os pais ou responsáveis não querem que frequente (64,10% e 70,70%), a pequena amostra da nossa pesquisa aponta que apenas 14% (1 resposta) não tinham esse desejo. Infelizmente a homogeneidade da amostra impede que aprofundemos esta análise,

pois todas as famílias entrevistadas optaram pela matrícula em 2019, portanto em algum grau percebem a escola como uma opção de cuidado e educação para crianças pequenas.

Cinco mães cuidaram dos bebês durante o dia em 2018, durante toda a semana. Das duas mães que trabalhavam fora de casa, uma estava afastada pelo INSS, permitindo-a que assumisse o cuidado do bebê. As outras quatro não trabalhavam fora. Apenas uma das cinco mães afirmou que precisou do auxílio da avó da criança duas vezes durante o ano para assumir o cuidado do bebê, remunerando-a para isso.

A sexta criança foi cuidada pela avó, que era remunerada, enquanto a mãe estava no trabalho. Em eventualidades, a tia assumia o cuidado desta criança.

No grupo entrevistado, percebemos que são as mulheres das famílias, preferencialmente as mães, que assumem o cuidado regular dos bebês, ficando os homens com a responsabilidade do trabalho remunerado. Esta constatação vem ao encontro da argumentação de Marcondes (2015), quando afirma que o espaço de reprodução social se define enquanto função feminina, e a produção social enquanto espaço masculino.

Embora a realidade das mulheres tenha mudado nas últimas décadas, inclusive com a consolidação da presença feminina no mercado de trabalho, ainda se supõe que exista sempre uma ou mais mulheres nos domicílios, altamente disponíveis para atender às demandas dos membros da família (...). (MARCONDES, 2015, p. 116)

Apenas uma família conseguiu fazer o cadastro da criança em 2017 para que o bebê concorresse a uma vaga em 2018. Não foi possível identificar ao longo do presente estudo os motivos das demais não realizarem o cadastro. Uma família afirmou espontaneamente que a criança ainda não havia nascido no período da inscrição e até 2018 o cadastro exigia que a criança já tivesse nascido. Em 2019 a Prefeitura abriu a inscrição em lista de espera para mães que estejam grávidas. Pudemos concluir, portanto, que muitas vezes o desejo à vaga não é efetivado na inscrição do cadastro, o que comprova nossa hipótese de que este não pode ser o único instrumento para levantar a real demanda à educação infantil. O Plano Nacional de Educação estabelece a necessidade de busca ativa das crianças da educação infantil na meta 1.15, em parceria com órgãos da assistência social, saúde e proteção à infância, “preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos” (BRASIL, 2014).

O último dado que coletamos foi sobre o desejo, ou não, da frequência em horário integral em 2018, se a família tivesse conquistado a vaga. Quatro das seis entrevistadas afirmaram que teriam o desejo de matricular o bebê em horário integral. Uma entrevistada afirmou que no berçário preferia horário parcial, mas na sala 01 (2019) gostaria de horário integral para a criança. A família que não tinha interesse em matricular o bebê no berçário afirmou que em 2019 também queria horário parcial, pois a avó fica com a criança no turno

da tarde. Estas crianças da sala 01 em 2019 são atendidas em horário parcial, pela primeira vez desde que a EMEI foi inaugurada.

3. Esquecer: impacto da diminuição do atendimento em horário integral para as famílias

Uma das grandes questões que nos chamam a atenção na nova política da Prefeitura a partir de 2017 é a diminuição acentuada das turmas em horário integral. Em 2017, a UMEI São Gabriel possuía 5 turmas integrais (duas de berçário, uma de 0 a 01 ano, uma turma de agrupamento flexível de 1 a 3 anos e uma de 02 a 03 anos). Em 2018 a EMEI abriu 3 turmas integrais (uma de 0 a 1 ano, duas de 2 a 3 anos). Em 2019, o número de turmas com atendimento integrais diminuiu para uma de 02 a 03 anos. Qual seria o impacto desta decisão na organização familiar das crianças? Tenho como hipótese inicial de que o atendimento de meio horário, 4h, é insatisfatório para grande parte das famílias, pois a jornada de trabalho remunerado dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros geralmente é superior a este atendimento. Constata-se que os bebês e crianças pequenas não têm autonomia de locomoção, portanto são dependentes dos adultos para usufruírem seu direito à educação. As políticas públicas, no caso de crianças pequenas, têm considerado esta interdependência ao planejar e executar sua política? Outra hipótese levantada é de que a lista de espera das EMEIs tem praticamente zerado porque o atendimento parcial não atende a necessidade e, por conseguinte, muitas famílias nem realizam o cadastro, ou se conquistam as vagas, retiram logo as crianças.

Recortar de todas as mudanças do final de 2017, implementadas em 2018²³, a questão do berçário foi muito difícil, pois a “invisibilidade” das crianças pequenas não é percebida apenas com a ausência da oferta de vagas para o berçário, sendo o tema muito amplo, necessitando de estratégias diferenciadas para verificar o impacto de cada uma delas. Defendemos, neste trabalho, que a permanência das crianças pequenas na educação infantil²⁴, e conseqüentemente efetivação do direito à creche e pré-escola, depende da organização familiar como um todo, levando em consideração a oferta de vagas, a possibilidade da família de se inteirar e agir no processo de seleção (inscrição no cadastro, sorteio ou seleção, e matrícula), condições efetivas da família se adequar ao horário estabelecido pela escola, entre outras variáveis.

Neste trabalho “esqueço” esta relevante questão da extinção gradativa do horário integral para as crianças de 0 a 2 anos, mas indico a importância de um estudo sobre o assunto, explicitando alguns dados da EMEI São Gabriel. Os dados para esta análise relativos

²³ Abordamos rapidamente estas questões no tópico “2.2 – História da Educação Infantil em BH”.

²⁴ No tópico “2.3 Berçário no Bairro São Gabriel: caracterização e frequência”, apresentamos alguns dados de frequência das crianças do berçário da UMEI São Gabriel de 2004 a 2017, portanto, antes das mudanças implementadas na RME/ BH em 2018.

à sala 01 da EMEI São Gabriel foram coletados em setembro de 2019, portanto considera a matrícula de janeiro a setembro. Dos demais anos, foram consideradas as matrículas e abandonos até dezembro. Para esta verificação, consideramos todas as crianças da sala 01, não diferenciando-as pelo recorte etário.

O abandono / transferência de crianças da sala 01 em 2019 foi o segundo maior (três crianças) desde a inauguração da EMEI em 2004. O abandono / transferência foi menor apenas do que no ano de 2009 (5). A média de abandono para esta faixa etária é de 1,12 crianças por ano, sendo que nos anos de 2006, 2010, 2012, 2014 e 2018 não houve nenhum abandono / transferência.

QUADRO 4 – RELAÇÃO MATRÍCULA X ABANDONO NA SALA 01 NA EMEI SÃO GABRIEL (2004 - 2019)

Ano	Total de alunos matriculados	Abandono / transferência
2004	12	1
2005	14	1
2006	13	0
2007	15	1
2008	15	1
2009	18	5
2010	14	0
2011	14	1
2012	17	0
2013	16	1
2014	12	0
2015	16	2
2016	19	1
2017	16	1
2018	14	0
2019	13	3

Fonte: Diários de classe da UMEI São Gabriel dos berçários (2004 a 2019)

Na análise realizada da frequência no berçário dos anos de 2004 a 2017, podemos perceber que a frequência média das crianças de horário parcial é menor do que as de horário integral (Tabela 2). Como nos diários não há um campo específico para informar se as crianças eram do horário parcial ou integral, não foi possível verificar em todos os anos essa relação. Obtivemos dados apenas dos anos de 2009, 2011, 2014, 2015, 2016 e 2017. Não há informações se nos demais anos todas as crianças são de período integral ou se apenas não registravam no diário caso alguma criança frequentasse apenas horário parcial.

TABELA 2 – FREQUÊNCIA DAS CRIANÇAS DA EMEI SÃO GABRIEL POR TURNO INTEGRAL OU PARCIAL

	Ano	Crianças	Média
alunos integrais	2009	11	78,29379
alunos parciais	2009	4	65,06849
alunos integrais	2011	14	67,66744
alunos parciais	2011	4	55,45927
alunos integrais	2014	13	78,7225
alunos parciais	2014	1	77,5
alunos integrais	2015	12	80,9939
alunos parciais	2015	1	41
alunos integrais	2016	15	76,50296
alunos parciais	2016	2	43,89439
alunos integrais	2017	12	86,87151
alunos parciais	2017	2	82,78689

Fonte: Diários de classe da UMEI São Gabriel dos berçários (2004 a 2017)

A maior diferença entre a frequência foi no ano de 2015, em que a criança matriculada em período parcial teve média de frequência de 41%, enquanto o restante da turma apresentou média de quase 81% de presença. Em 2016 a diferença também é grande, pois as crianças matriculadas em horário integral possuíram a presença média de 76%, enquanto as duas matriculadas no parcial, 43%. A menor diferença foi constatada em 2014 (78% e 77%), seguida por 2017 (86% e 82%).

Em levantamento realizado nos 6 anos descritos acima (2009, 2011, 2014, 2015, 2016 e 2017), das 14 crianças que frequentavam a escola em jornada parcial, 7 (50%) ficaram com frequência abaixo de 60%, portanto abaixo da frequência mínima exigida pelo CME (BELO HORIZONTE, 2015). Das 77 crianças de horário integral, 11 (14%) possuíram frequência menor que 60%.

Cabe problematizar, para consolidar conclusões, se a matrícula em horário parcial é opção da família ou a única opção oferecida pela escola, além de ampliar o estudo para outras faixas etárias e outros anos, especialmente após as mudanças de 2018. Até 2017, a UMEI São Gabriel permitia que as famílias optassem pela jornada integral ou parcial das crianças, mediante formulário assinado pelo responsável.

4. Considerações Indicativas

A análise das mudanças ocorridas em Belo Horizonte a partir de 2017, implementadas em 2018, provocou durante a pesquisa questionamentos que demandaram de nós a busca por diversos documentos, fontes, pessoas e caminhos. A cada dado novo, vários outros apareciam exigindo atenção. A cada frustração na obtenção de algum dado, ocasionada por variáveis que não pudemos controlar, nos desafiava a reformular as estratégias metodológicas a seguir. Com isso, a seleção de com o que trabalhar foi um dos nossos principais desafios. Gostaríamos muito de investigar o impacto de todas as mudanças na educação das crianças pequenas, no entanto o recorte foi inevitável por questões operacionais. Tivemos acesso a um documento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2017, p.29) baseado em pesquisa do IPEAD (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) / CEDEPLAR²⁵, que indicava que o levantamento de demanda das turmas da pré-escola havia considerado crianças de 06 anos, público do Ensino Fundamental. Isso pode ter influenciado na abertura de mais vagas do que a demanda real para esta faixa etária, ocasionando fechamento dos berçários? No entanto, optamos por “esquecer” essa possibilidade de investigação pela falta de tempo em encontrar o documento original do IPEAD e mantivemos no trabalho as discussões teóricas sobre o assunto (ROSEMBERG, 2015; SILVA, 2018).

O recorte da pesquisa estabelecido foi o “fechamento do berçário na EMEI São Gabriel” e respondemos quais são as estratégias utilizadas pelas famílias das crianças nascidas entre 01 de abril de 2017 a 31 de março de 2018, na ausência de atendimento escolar para esta faixa etária na EMEI São Gabriel em 2018. Diante dos percalços e das possibilidades que se apresentaram para a execução da pesquisa, optamos por reduzir a amostra para as famílias que não tiveram atendimento no berçário em 2018 e conseguiram no ano consecutivo uma vaga na EMEI São Gabriel. Este estudo objetivou compreender como as decisões políticas de fechamento do berçário da EMEI São Gabriel impactaram as famílias do bairro.

²⁵ O documento foi disponibilizado em 2018, durante a Greve da Educação Infantil de Belo Horizonte. O documento ainda estava em discussão no Tribunal, não publicado para consulta. O Sind-Rede/BH publicou o documento em seu site, e ao ser notificado extra-judicialmente, retirou-o. Por falta de condições objetivas de tempo, optamos por não buscar o documento no CEDEPLAR para verificar este equívoco de recorte etário da educação infantil. Registro aqui a referência do documento: MINAS GERAIS. *A implantação do PNE na Educação Infantil de Belo Horizonte*. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, 2017. *No prelo*.

Segundo Rosemberg (2011), os direitos das crianças são um dos últimos, ou o último, a serem reconhecidos. Nos indagamos se o direito conquistado, em tempos de adversidades também não seria o primeiro a ser retirado. O fechamento dos berçários representa a invisibilidade dos bebês para as políticas públicas? Ao não manter os dados disponíveis, solicitados durante a pesquisa, a Prefeitura “silencia” estatisticamente a visibilidade do direito dos bebês à creche?

Pensar o direito dos bebês à vaga no berçário extrapola a discussão do “lugar para deixar a criança enquanto a mãe trabalha”, sendo necessário dar visibilidade ao direito dos bebês à educação. No entanto, a constatação da pesquisa de que é a mulher, geralmente a mãe, que continua ocupando o lugar de cuidado e educação das crianças pequenas, demonstrou que ainda não superamos esse debate, pois elas ainda são as atingidas diretamente na ausência de vagas para os bebês.

Os dados apresentados na EMEI SÃO Gabriel de 2004 a 2017, tanto de média de frequência (71,15%), superior ao recomendado pela Resolução 01/2015 do CME (BELO HORIZONTE, 2015), quanto de baixa taxa de abandono e transferência dos bebês (9,95%) comprovaram nossa hipótese de que o direito à vaga era efetivado em garantia de permanência, não existindo vagas ociosas (todos os anos havia pelo menos 12 crianças nas turmas).

Rosemberg (2015) argumenta que as taxas de matrículas em creches são maiores para quem possui melhores condições de vida. Portanto, podemos concluir que sem uma política pública que garanta acesso dos bebês às creches, dificilmente as famílias com menor condições financeiras poderão garantir o direito delas a este espaço educativo. Esta hipótese foi comprovada por esta pesquisa, demonstrando que nenhum dos bebês das famílias entrevistadas frequentou instituições educativas em Belo Horizonte em 2018, mesmo tendo interesse da maioria das famílias na vaga.

A partir deste estudo, terminamos com diversas perguntas que gostaríamos de registrar como indicativas de futuras pesquisas:

- Neste trabalho, não tivemos acesso aos dados que sustentaram a decisão política de implementação destas mudanças em 2018. Será que a política delineada foi baseada em dados ou concepções?
- As crianças que frequentam a escola em horário parcial ficam em quais espaços no contra turno? Levantamos inicialmente duas hipóteses: algumas frequentam outra instituição educativa particular, outras ficam no espaço doméstico com familiares, geralmente do sexo feminino. Qual a relação proporcional destas opções?

- Os achados desta pesquisa são encontrados nas outras EMEIS que tiveram a extinção do berçário? Acreditamos ser interessante ampliar esta pesquisa à realidade das outras 49 EMEIs da cidade que tiveram as turmas de berçário fechadas, possibilitando generalizações dos achados.

Por último, reforçamos o argumento apresentado no tópico 1.2 “Bebês, ‘mensageiros da novidade’ ” de que a existência de berçários na RME/BH fornecem ao Sistema Municipal de Educação uma referência de qualidade para as demais instituições particulares, pois no decorrer destes 15 anos, muitas experiências foram realizadas, valorizadas (BARBOSA E HORN, 2008; SILVA, LUZ E GOULART, 2016; LACERDA, GONTIJO e BAPTISTA, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. *Projetos Pedagógicos na Educação Infantil*. Porto, Alegre: Artmed, 2008.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Educação. Resolução 001 de 14 de março de 2015. Fixa normas para o funcionamento de instituições de educação infantil do Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1138760> . Acesso em 29 de setembro de 2019.

BELO HORIZONTE. Decreto Municipal nº 8513, de 13 de dezembro de 1995.

BELO HORIZONTE. *Lei 11132* de 18 de setembro de 2018. Estabelece a autonomia das Unidades Municipais de Educação Infantil – Umeis, transformando-as em Escolas Municipais de Educação Infantil – Emeis, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1200509> . Acesso em 29 de setembro de 2019.

BELO HORIZONTE. *Lei 8679* de 11 de novembro de 2003. Cria as unidades municipais de educação infantil e o cargo de Educador Infantil. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br/> Acesso em 29 de setembro de 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 29 de setembro de 2019.

BRASIL. *Lei 12796*, de 04 de abril de 2013. Altera a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm. Acesso em 29 de setembro de 2019.

BRASIL. *Lei 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 29 de setembro de 2019.

BRASIL. *Lei n. 8069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em 29 de setembro de 2019.

BRASIL. *Projeto de cooperação técnica MEC e UFRGS para a construção de orientações curriculares para a Educação Infantil*. Práticas cotidianas na Educação Infantil – Bases para a Reflexão sobre as orientações curriculares. Ministério da Educação Básica e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Consultora: Maria Carmem Silveira Barbosa. Brasília: 2009

BRAZÃO, José Carlos Chaves; BARROS RAUTER, Cristina Mair. Sintonia afetiva e intersubjetividade na obra de Daniel Stern. *Ayvu: Revista de Psicologia*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 3-21, dezembro de 2014. ISSN 2446-6085. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/22168>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

CARVALHO, Alysson M; RICAS, Janete; MACHADO, Marília Guimarães Mata (Org). *Cuidado na primeira infância: a realidade encontrada em bolsões de pobreza de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/ PBH; UFMG; 2000.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas (coord); Amaral, Ana Lúcia; VIEIRA, Livia Maria Fraga; BAPTISTA, Mônica Corrêia; MARTINS, Pura Lúcia Oliver. *Educação Infantil: o desafio da oferta pública*. Belo Horizonte: GAME/FaE/UFMG, 2002.

FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: edições leitura crítica; Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, p. 79-93, 2015. Disponível em https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2019.

FISCHER, Julianne. *Uma abordagem prática neuropedagógica como contribuição para a alfabetização de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina: 2001.

FOCHI, Paulo Sérgio. Mas os bebês fazem o quê no berçário, heim?: documentando ações de comunicação, autonomia e saber-fazer de crianças de 6 a 14 meses em um contexto de vida coletiva. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2013.

GALVÃO, Cristiene de Souza Leite Galvão. *Existe uma literatura para bebê?* Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi. *Um estudo sobre mulheres pardas e provedoras, e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filhas*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

GOLSE, Bernard; DESJARDINS, Valérie. Corpo, formas, movimentos e ritmo como precursores da emergência da intersubjetividade e da palavra no bebê. (Uma reflexão sobre os inícios da linguagem verbal). *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 8, n. 1, p.14-29, Mar. 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142005000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 de novembro de 2018.

GONTIJO, Tatiane Silva Pereira; LACERDA, Thaís Tavares Lacerda; BAPTISTA, Mônica Correia Baptista. *Literatura Infantil e Narrativas de Bebês: desafios para a construção de uma pedagogia da escuta, do afeto e da sensibilidade, na Educação Infantil*. In: XIII Jogo do Livro e III Seminário internacional Latino-Americano. Belo Horizonte, Faculdade de Educação, UFMG, 2019. *No prelo*.

GOULART, Maria Inês Mafra. *Infância (s): crianças de 0 a 6 anos e suas especificidades*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2008

GUERRA, Leonor Bezerra. *O diálogo entre Neurociência e a educação: da euforia aos desafios e possibilidades*. Disponível em: www2.icb.ufmg.br/neuroeduca/arquivo/texto_teste.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2018.

HAASE, Vitor Geraldi; PINHEIRO-CHAGAS, Pedro; ARANTES, Érica Alves. Um convite à neurociência cognitiva social. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 42-49, jun. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202009000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 de novembro de 2018.

KUHL, Patrícia K. Episódio 1 – O bebê fantástico. Série Documentário: *O começo da vida*, 2016. Direção de Estela Renner.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Elina Elias. O direito das crianças no centro da luta por creche. FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: edições leitura crítica; Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, p. 79-93, 2015. Disponível em https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf . Acesso em 29 de setembro de 2019.

MARCONDES, Mariana Mazzini. A política de creches do PAC-2 e o cuidado: análise na perspectiva da indivisibilidade e interdependência de direitos. FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: edições leitura crítica; Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, p. 79-93, 2015. Disponível em https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf . Acesso em 29 de setembro de 2019.

RIBAS, Guilherme Carvalho. Considerações sobre a evolução filogenética do sistema nervoso, o comportamento e a emergência da consciência. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 326-338, Dezembro de 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000400015&lng=en&nrm=iso . Acesso em 29 de setembro de 2019.

ROCHA, Maria da Consolação; OLIVEIRA, Cristiane Nunes de; LACERDA, Thaís Tavares. Educação infantil e a luta pela isonomia salarial e de condições de trabalho: a experiência da rede municipal de educação de Belo Horizonte. *Espaço Feminino*, Minas Gerais, v.15, n.18, 2006.

RODRIGUES, Maura Calixto Cecherelli de. *Prematuros de muito baixo peso ao nascer – um estudo sobre seu desenvolvimento cognitivo na idade escolar e fatores associados*. Tese (doutorado apresentada à pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher) da Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Fernando Figueira. 2011.

ROSEMBERG, Fúlvia. A cidadania dos bebês e os direitos de pais e mães trabalhadoras. FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: edições leitura crítica; Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, p. 163-183, 2015. Disponível em https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf . Acesso em 10 de fevereiro de 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre a infância e relações raciais. In: BENTO, M. A. da S. (org). *Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*. São Paulo: CEERT, p. 11-46, 2011. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2768> . Acesso em 29 de setembro de 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. A educação Pré-escolar brasileira durante os governos militares. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 82, p. 21-30, agosto de 1992. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/979> . Acesso em 29 de setembro de 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.51, p.73 a 79, novembro de 1984. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1462> . Acesso em 25 de outubro de 2019.*

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; GOULART, Maria Inês Mafra. Crianças, professoras e famílias: olhares sobre a educação infantil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

SILVA, Maria Beatriz de Oliveira Vasconcelos. Ele precisa muito estar aqui, é bom para ele estar aqui: frequência escolar na Educação Infantil. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. FINCO, Daniela; GOBBI, Maria Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (org). In: *Creche e Feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora*. Campinas, SP: edições leitura crítica; Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, p. 21-33, 2015. Disponível em https://www.fcc.org.br/livros/CRECHE_E_FEMINISMO_Download_pedro_menor.pdf . Acesso em 29 de setembro de 2019.

UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO GABRIEL. Projeto Político Pedagógico: uma construção coletiva. Belo Horizonte: 2014.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Mal necessário: creches no Departamento Nacional da Criança (1940-1970) *Caderno de Pesquisa: São Paulo, n. 67, p. 3-16, 1988.*

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS SOBRE DEMANDA DE BERÇÁRIO NO BAIRRO SÃO GABRIEL E ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA NA AUSÊNCIA DO ATENDIMENTO

Título da pesquisa: A (in)visibilidade dos bebês (0 a 1 ano) nas decisões das Políticas Públicas para a primeira infância em Belo Horizonte/MG: estudo no bairro São Gabriel da demanda, acesso à creche e arranjo familiar na ausência de vagas nos berçários.²⁶

Pesquisadora responsável: Thaís Tavares Lacerda

Orientadora: Prof. Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara

Data da aplicação do questionário: _____ / _____ / _____

DADOS DO ENTREVISTADO

1) Nome do entrevistado:

2) Idade:

- a) Menos de 18 anos
- b) De 19 a 29 anos
- c) De 30 a 39 anos
- d) De 40 a 49 anos
- e) Mais de 50 anos

3) Data de nascimento da criança: _____ / _____ / _____

4) Quem é o principal responsável pela criança?

- a) Mãe
- b) Pai
- c) Avó
- d) Avô
- e) Outro familiar

5) Quantos irmãos a criança tem?

- a) Nenhum
- b) 1 irmão
- c) 2 irmãos
- d) 3 irmãos
- e) 4 ou mais irmãos

²⁶ Título provisório.

- 6) Quantos adultos moram com a criança?
 - a) 1 adulto
 - b) 2 adultos
 - c) 3 adultos
 - d) 4 adultos
 - e) 5 ou mais adultos
- 7) Mãe trabalhava no ano de 2018?
 - a) Sim
 - b) Não
- 8) O pai faz parte da composição familiar?
 - a) Sim
 - b) Não (Pular para a questão 10)
- 9) Se sim, o pai trabalhava no ano de 2018?
 - a) Sim
 - b) Não
- 10) A criança frequentou escola / Creche no ano de 2018?
 - a) Sim
 - b) Não (Pular para a questão 12)
- 11) Se a criança frequentou creche no ano de 2018, onde ela se localizava? (Finalizar questionário)
 - a) No bairro São Gabriel
 - b) Em bairro próximo à residência
 - c) No bairro em que a mãe ou pai trabalham
 - d) Outro
- 12) Se não frequentou creche, quem cuidou da criança durante o ano de 2018, durante o dia?
 - a) Mãe
 - b) Pai
 - c) Familiares ou Vizinhos
 - d) Outros
- 13) Se não frequentou creche, qual o motivo?
 - a) Não tem escola ou creche para bebês perto de onde a família mora ou trabalha
 - b) Ausência de vaga na escola ou creche
 - c) Falta dinheiro para pagar as despesas
 - d) Os pais ou responsáveis não querem que frequente
 - e) Problema de saúde ou de deficiência
 - f) outro
- 14) Se a criança não frequentou creche no ano de 2018, o mesmo adulto cuidava da criança durante toda a semana?
 - a) Sim (Pular para a questão 16)
 - b) Não
- 15) Se não, qual a frequência que o responsável mudava durante a semana?
 - a) 1 vez
 - b) 2 vezes
 - c) 3 vezes
 - d) 4 vezes
 - e) 5 ou mais vezes
- 16) Se a criança não frequentou creche, os mesmos adultos cuidaram da criança durante todo o ano?
 - a) Sim (Pular para a questão 18)
 - b) Não

- 17) Se não, qual a frequência que o responsável mudou durante o ano?
- a) 1 vez
 - b) 2 vezes
 - c) 3 vezes
 - d) 4 vezes
 - e) 5 ou mais vezes
- 18) Este cuidador era remunerado?
- a) Sim
 - b) Não
- 19) A família tinha interesse em colocá-la em escola / EMEI no berçário?
- a) Sim
 - b) Não
- 20) Se sim, fez inscrição no cadastro?
- a) Sim
 - b) Não
 - c) Não conheço o cadastro
- 21) A família tem interesse em horário parcial (4 horas diárias) ou integral (9 horas e 30 minutos)?
- a) Parcial
 - b) Integral

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Pesquisa na Área de Educação

Título da pesquisa: A (in)visibilidade dos bebês (0 a 1 ano) nas decisões das Políticas Públicas para a primeira infância em Belo Horizonte/MG: estudo no bairro São Gabriel da demanda, acesso à creche e arranjo familiar na ausência de vagas nos berçários.

Pesquisadora responsável: Thaís Tavares Lacerda

E-mail: thaistlacerda@hotmail.com

Fones: (31) 98447-7355

1. Esta seção fornece informações acerca do estudo em que está sendo convidado(a) a participar:

- A. Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que tem por objetivo levantar a demanda de vagas em creche pública para berçário (rede própria ou conveniada), o acesso à creche e os arranjos familiares na ausência do atendimento público no bairro São Gabriel.
- B. Em caso de dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável por meio dos telefones e endereços eletrônicos fornecidos neste termo. Informações adicionais podem ser obtidas na Secretaria do Laseb: Pós-graduação Especialização Lato Sensu em Docência na Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais pelo telefone (31) 3409-6369 ou pelo endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627 sala 6169 - Campus Pampulha ou via contato com a orientadora professora Dra. Tânia Aretuza Ambrizi Gebara – tgebara@ufmg.br – fone (31) 99288-8400.
- C. Se você concordar em participar deste estudo, para a coleta das informações, será realizado questionário com perguntas referentes aos cuidados e cuidadores da criança foco da pesquisa, relacionado ao ano de 2018. As informações serão mantidas em arquivo, sob guarda da pesquisadora pelo período de 5 anos. Ressaltamos que esta pesquisa possui baixos riscos para os/as envolvidos/as.

2. Esta seção descreve seus direitos como participante desta pesquisa:

- A. Você poderá fazer perguntas sobre a pesquisa a qualquer momento e tais questões serão respondidas.
- B. A participação é confidencial. Apenas a pesquisadora responsável terá acesso à identidade dos participantes. No que tange as publicações ou apresentações relacionadas à pesquisa, nenhuma informação que permita a identificação será revelada. Também nenhuma informação, mesmo que falada, será utilizada caso o/a pesquisado/a solicite sua omissão.
- C. Sua participação é voluntária. Você poderá desistir ou sair, se o desejar, em qualquer momento da realização da pesquisa, bem como pode se recusar a responder qualquer questão específica.

3. Esta seção indica que você está dando seu consentimento para que participe da pesquisa:

Participante:

A pesquisadora Thaís Tavares Lacerda, professora da EMEI São Gabriel, solicita sua participação no estudo intitulado "A (in)visibilidade dos bebês (0 a 1 ano) nas decisões das Políticas Públicas para a primeira infância em Belo Horizonte/MG: estudo no bairro São Gabriel da demanda, acesso à creche e arranjo familiar na ausência de vagas nos berçários."

Eu concordo em participar desta investigação, respondendo questionário aplicado pela pesquisadora.

Eu li e compreendi as informações fornecidas. Eu entendi e concordo com as condições do estudo como descritas.

Eu entendo que receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Eu, voluntariamente, participarei desta pesquisa, sem ônus para mim e para as pesquisadoras envolvidas. Portanto, concordo com tudo que está escrito acima e dou meu consentimento.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2019.

Nome legível do(a) participante:

_____.

Assinatura do(a) participante:

_____.

ANEXOS**ANEXO A – TERMO DE NÃO ANUÊNCIA EMITIDO PELA GEDSA****TERMO DE NÃO ANUÊNCIA**

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: A (in) visibilidade dos bebês (0 a 1 ano) nas decisões das Políticas Públicas para a primeira infância em Belo Horizonte / MG: estudo no bairro São Gabriel da demanda, acesso à creche e arranjo familiar na ausência de vagas nos berçários.

RESPONSÁVEL: Thaís Tavares Lacerda

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Minas Gerais

DATA RECEBIMENTO DO PROJETO NA GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: 16/04/2019

DATA EMISSÃO PARECER FINAL: 29/04/2019

CONSIDERAÇÕES:

O projeto requer obtenção de listagem de crianças do Centro de Saúde bem como envolve análise de cartões de vacina nos registros da unidade básica. A listagem nominal de crianças é sigilosa e não pode ser disponibilizada aos pesquisadores. A análise da informação sobre vacinação só pode ser realizada com o consentimento do responsável pela criança e não está contemplada no TCLE do projeto.

PARECER TÉCNICO:

A Gerência de Educação em Saúde, em conformidade com a Diretoria de Assistência à Saúde, define pela **não** anuência ao projeto de pesquisa nominado "**A (in) visibilidade dos bebês (0 a 1 ano) nas decisões das Políticas Públicas para a primeira infância em Belo Horizonte / MG: estudo no bairro São Gabriel da demanda, acesso à creche e arranjo familiar na ausência de vagas nos berçários**", sob responsabilidade da pesquisadora Thaís Tavares Lacerda, da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2019

ANEXO B – TERMO DE NÃO ANUÊNCIA EMITIDO PELA GEDSA APÓS RECURSO



TERMO DE NÃO ANUÊNCIA

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: A (in) visibilidade dos bebês (0 a 1 ano) nas decisões das Políticas Públicas para a primeira infância em Belo Horizonte / MG: estudo no bairro São Gabriel da demanda, acesso à creche e arranjo familiar na ausência de vagas nos berçários.

RESPONSÁVEL: Thaís Tavares Lacerda.

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

DATA RECEBIMENTO DO PROJETO NA GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: 27/05/2019

DATA EMISSÃO PARECER FINAL: 30/05/2019

CONSIDERAÇÕES:

Como já mencionado no parecer anterior a listagem nominal de crianças com respectivo endereço é sigilosa e não pode ser disponibilizada aos pesquisadores.

PARECER TÉCNICO:

A Gerência de Educação em Saúde, em conformidade com a Diretoria de Assistência à Saúde, define pela **não** anuência ao projeto de pesquisa nominado **A (in) visibilidade dos bebês (0 a 1 ano) nas decisões das Políticas Públicas para a primeira infância em Belo Horizonte / MG: estudo no bairro São Gabriel da demanda, acesso à creche e arranjo familiar na ausência de vagas nos berçários**, sob-responsabilidade da pesquisadora Thaís Tavares Lacerda, da UFMG.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2019

Renata Mascarenhas Bernardes
 BM 77.577-4
 Diretoria de Assistência à Saúde
 Secretaria Municipal de Saúde
 de Belo Horizonte
 Renata Mascarenhas Bernardes
 Diretoria de Assistência à Saúde
 Secretaria Municipal de Saúde/MSA

Cláudia Fidelis Barcaro
 Gerência de Educação em Saúde
 Secretaria Municipal de Saúde/MSA